



**EDITAL Nº. 1 – SANEAGO, 26 DE ABRIL DE 2013**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS NO QUADRO DE PESSOAL**  
**DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. – SANEAGO**



O Diretor-Presidente da Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO no uso de suas atribuições legais e estatutárias, por meio da Comissão do Concurso Público designada pela Resolução da Diretoria nº 129/2012, tendo em vista o que consta do Art. 37, inciso II da Constituição Federal, torna público o Resultado dos Recursos contra o Gabarito Preliminar das Provas Objetivas para os cargos de Nível Médio realizados no dia 19 de janeiro de 2014, do Concurso Público destinado ao provimento de vagas no QUADRO DE PESSOAL DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. – SANEAGO.

**RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO**

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	QUESTÕES	PARECER	DECISÃO/ STATUS
116791	ADRIANA DA SILVA BRUNO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	19	INDEFERIDO	O APLICATIVO OPENOFFICE TEM FUNCIONALIDADES SEMELHANTES AO MICROSOFT OFFICE, SENDO SUA ALTERNATIVA GRATUITA E LIVRE. O WINDOWS É UM SISTEMA OPERACIONAL, ASSIM, A ALTERNATIVA GRATUITA E LIVRE AO WINDOWS É O LINUX, NÃO O OPENOFFICE.
116791	ADRIANA DA SILVA BRUNO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	22	INDEFERIDO	COMO A POSSIBILIDADE EXISTE EM ALGUM DOS AMBIENTES, A AFIRMAÇÃO DE QUE É POSSÍVEL SE MANTÉM VERDADEIRA. NÃO HOUE INDICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE, LOGO O ITEM NÃO É PASSÍVEL DE ANULAÇÃO.
239903	AFONSO FERREIRA DA COSTA JUNIOR	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
239903	AFONSO FERREIRA DA COSTA JUNIOR	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
222181	AILTON ANTÔNIO DE ARAÚJO	AGENTE DE INFORMÁTICA	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
222181	AILTON ANTÔNIO DE ARAÚJO	AGENTE DE INFORMÁTICA	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
172902	ALBERTO ARAUJO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
202396	ANDRESSA NASCIMENTO PAVEZZI	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORAÇÕES, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORAÇÕES POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.

202396	ANDRESSA NASCIMENTO PAVEZZI	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
168441	ANNA CLÁUDIA SILVA DE FARIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
168441	ANNA CLÁUDIA SILVA DE FARIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), CONFORME FUNDAMENTOS ABAIXO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005). A - V, F, V B - V, V, V. C - F, V, F. D - V, F, F. E - F, F, V. ®
168441	ANNA CLÁUDIA SILVA DE FARIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	26	INDEFERIDO	O RESULTADO DA SOMA SERIA APRESENTADO NA CÉLULA C1, E NÃO NA CÉLULA D1.
168441	ANNA CLÁUDIA SILVA DE FARIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	39	INDEFERIDO	SEM RAZÃO O RECORRENTE CONFORME QUESTÃO ABAIXO GABARITADA. INDEFIRO. QUESTÃO 39 - A LEI 11.445/2007 ALTEROU ALGUNS DISPOSITIVOS LEGAIS VINCULADOS A MATÉRIA E, ASSIM SENDO A LEITURA DA LEI PERMITE AFIRMAR QUE: (FUNDAMENTO - DISPOSIÇÕES FINAIS - ART. 54 AO ART. 58 DA LEI 11.445/2007) I - A INFRAESTRUTURA BÁSICA DOS PARCELAMENTOS É CONSTITUÍDA PELOS EQUIPAMENTOS URBANOS DE ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, ENERGIA ELÉTRICA PÚBLICA E DOMICILIAR E VIAS DE CIRCULAÇÃO. (V - ART. 55, QUE ALTERA O §5º DO 2º DA LEI 6.766/79). II - A CONTRATAÇÃO DA COLETA, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS, EM ÁREAS COM SISTEMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO, EFETUADOS POR ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS FORMADAS EXCLUSIVAMENTE POR PESSOAS FÍSICAS DE BAIXA RENDA RECONHECIDAS PELO PODER PÚBLICO COMO CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, COM O USO DE EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS COM AS NORMAS TÉCNICAS, AMBIENTAIS E DE SAÚDE PÚBLICA. (V - ART. 57, NOVA REDAÇÃO AO INCISO XXVII DO ART. 24 DA LEI DE Nº 8.666/93). III - VENCIDO O PRAZO MENCIONADO NO CONTRATO OU ATO DE OUTORGA, O SERVIÇO PODERÁ SER PRESTADO POR ÓRGÃO OU ENTIDADE DO PODER CONCEDENTE, OU DELEGADO A TERCEIROS, MEDIANTE NOVO CONTRATO. (V - ART. 58, NOVA REDAÇÃO DADA AO §1º DO ART. 42 DA LEI 8.987/95). A - A QUESTÃO NÃO POSSUI NENHUM ITEM CORRETO. B - A QUESTÃO NÃO POSSUI NENHUM ITEM ERRADO. ® C - V, F, V. D - V, V, F. E - F, F, V.
168441	ANNA CLÁUDIA SILVA DE FARIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	51	INDEFERIDO	NA ESTRUTURA FUNCIONAL ENCONTRA UMA CHEFIA PARA CADA FUNÇÃO, DE MODO QUE OS SUBALTERNOS EXERÇAM MAIS DE UMA FUNÇÃO, FICANDO SOB O MANDO DE MAIS DE UM CHEFE. NA LINEAR OU CLÁSSICA, TAMBÉM CHAMADA DE PIRAMIDAL, HÁ UM CONCENTRAÇÃO DE AUTORIDADE NO TOPO DA ORGANIZAÇÃO AO QUAL SE REPORTA TODA A ORGANIZAÇÃO.
168441	ANNA CLÁUDIA SILVA DE FARIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	3	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA E ESTÁ CORRETA: O PRONOME OBLÍQUO "A", DE ACORDO COM A NORMA PADRÃO DEVER SER EMPREGADO NA FUNÇÃO DE OBJETO DIRETO, O QUE É O CASO DE "MÚSICA DE SEREIAS E DE DONA JANAÍNA MODERNA", JÁ QUE É COMPLEMENTO DO VERBO TRANSITIVO DIRETO "SURDINANDO". A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA: O USO DA VÍRGULA É PROIBIDO ENTRE O VERBO E O SEU COMPLEMENTO. A ALTERNATIVA B ESTÁ INCORRETA: "QUE" RETOMA "UMA MULHER" E FUNCIONA COMO SUJEITO DA 2ª ORAÇÃO, LOGO NÃO PODERIA SER PREPOSICIONADO. A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA: A EXCLUSÃO DA 2ª VÍRGULA NÃO É PERMITIDA, POIS ELA INTRODUZ UMA ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA EXPLICATIVA. CASO FOSSE RETIRADA, A ORAÇÃO PASSARIA A SER SUBORDINADA ADJETIVA RESTRITIVA, O QUE ACARRETIARIA ALTERAÇÃO SINTÁTICA E SEMÂNTICA NO TEXTO. A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA: O PRONOME RELATIVO "ONDE" SÓ PODE TER COMO ANTECEDENTE UM SUBSTANTIVO QUE INDICA IDEIA DE ESPAÇO, O QUE NÃO É O

					CASO DE "ESSE NOME".
168441	ANNA CLÁUDIA SILVA DE FARIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	36	INDEFERIDO	A ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DESPRENDIDOS PELO RECORRENTE NÃO PODEM PROSPERAR EM FACE QUE NO INCISO IV DO ART. 40, A PALAVRA CORRETA É "INDEVIDA", ENQUANTO A QUESTÃO POSSUI A PALAVRA "DEVIDA". ASSIM SENDO IMPROCEDENTE AO ARGUMENTO. INDEFIRO. SEGUE ABAIXO A LITERALIDADE DO DISPOSITIVO. ART. 40. OS SERVIÇOS PODERÃO SER INTERROMPIDOS PELO PRESTADOR NAS SEGUINTE HIPÓTESES: JURISPRUDÊNCIA CORRELATA I - SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA QUE ATINJAM A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS; II - NECESSIDADE DE EFETUAR REPAROS, MODIFICAÇÕES OU MELHORIAS DE QUALQUER NATUREZA NOS SISTEMAS; III - NEGATIVA DO USUÁRIO EM PERMITIR A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEITURA DE ÁGUA CONSUMIDA, APÓS TER SIDO PREVIAMENTE NOTIFICADO A RESPEITO; IV - MANIPULAÇÃO INDEVIDA DE QUALQUER TUBULAÇÃO, MEDIDOR OU OUTRA INSTALAÇÃO DO PRESTADOR, POR PARTE DO USUÁRIO; E V - INADIMPLEMENTO DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DO PAGAMENTO DAS TARIFAS, APÓS TER SIDO FORMALMENTE NOTIFICADO.
141553	AURIVAN FEITOSA ARAUJO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	58	INDEFERIDO	A RESOLUÇÃO ESTÁ NO PROGRAMA. ITEM 3
141553	AURIVAN FEITOSA ARAUJO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	57	INDEFERIDO	A RESOLUÇÃO CONSTA NO PROGRAMA. ITEM 3.
141553	AURIVAN FEITOSA ARAUJO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	20	INDEFERIDO	AS DATAS DE LANÇAMENTO DOS SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS NAS VERSÕES MILLENIUM, XP E VISTA SÃO, RESPECTIVAMENTE, 14/09/2000, 25/10/2001 E 08/11/2006.
141553	AURIVAN FEITOSA ARAUJO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	1	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA B ESTÁ CORRETA: NO 2º PARÁGRAFO, ALÉM DE DESCREVER A SENSACÃO QUE SENTE QUANDO É PRONUNCIADO O NOME "CORA CORALINA", O AUTOR CRIA, POR MEIO DA CONOTAÇÃO, IMAGENS LIGADAS A SONORIDADE DESSE NOME, COMO "ABERTO EM ROSA" E "DESLIZA PELAS ENTRANHAS DO MAR, SURDINANDO MÚSICA DE SEREIAS ANTIGAS E DE DONA JANAÍNA MODERNA". A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA: A LINGUAGEM DO 1º PARÁGRAFO É MARCADAMENTE DENOTATIVA E NÃO FAZ DEFINIÇÃO DO NOME "CORA CORALINA", APENAS CITA-O. A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA: A LINGUAGEM EMPREGADA NO 3º PARÁGRAFO NÃO É EXCLUSIVAMENTE DENOTATIVA. AO DEFINIR CORA CORALINA COMO UMA ESTRADA, O AUTOR FAZ USO DA CONOTAÇÃO. A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA: NO 4º PARÁGRAFO, PREVALECE A CONOTAÇÃO: O AUTOR AFIRMA QUE, NA ESTRADA QUE É CORA CORALINA, PASSAM CRIANÇAS, MISERÁVEIS, O BRASIL VELHO E O ATUAL. A ALTERNATIVA E ESTÁ INCORRETA: O 1º PARÁGRAFO FAZ USO EXCLUSIVAMENTE DA LINGUAGEM DENOTATIVA.
141553	AURIVAN FEITOSA ARAUJO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	58	INDEFERIDO	A RESOLUÇÃO CONSTA NO PROGRAMA. ITEM 3.
282457	BRUNO CARVALHO CAMPOS MARTINS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), CONFORME FUNDAMENTOS ABAIXO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005). A - V, F, V B - V, V, V. C - F, V, F. D - V, F, F. E - F, F, V.®
189620	CÁSSIO ROGER RIBEIRO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	20	INDEFERIDO	AS DATAS DE LANÇAMENTO DOS SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS NAS VERSÕES MILLENIUM, XP E VISTA SÃO, RESPECTIVAMENTE, 14/09/2000, 25/10/2001 E 08/11/2006.
189620	CÁSSIO ROGER RIBEIRO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	24	INDEFERIDO	OS APLICATIVOS ESPECÍFICOS QUE O ANTIVÍRUS COMBATE SÃO TODOS AQUELES QUE TÊM INTENÇÕES MALICIOSAS. A FUNÇÃO DO ANTIVÍRUS É IMPEDIR ESSAS AÇÕES MALICIOSAS, O QUE NÃO DESCARTA A POSSIBILIDADE DE O USUÁRIO VIABILIZAR EXCEÇÕES AS REGRAS DO ANTIVÍRUS.
189620	CÁSSIO ROGER RIBEIRO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	28	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA (D): AS POLÍTICAS DE INCENTIVOS FISCAIS ADOPTADAS PELO ESTADO DE GOIÁS CORROBORARAM PARA O CRESCIMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS SETORES AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS. EM MOMENTO ALGUM O ITEM DIZ QUE FOI APENAS O PAPEL DO ESTADO NO CRESCIMENTO.

189620	CÁSSIO ROGER RIBEIRO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	3	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA E ESTÁ CORRETA: O PRONOME OBLÍQUO "A", DE ACORDO COM A NORMA PADRÃO DEVER SER EMPREGADO NA FUNÇÃO DE OBJETO DIRETO, O QUE É O CASO DE "MÚSICA DE SEREIAS E DE DONA JANAÍNA MODERNA", JÁ QUE É COMPLEMENTO DO VERBO TRANSITIVO DIRETO "SURDINANDO". A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA: O USO DA VÍRGULA É PROIBIDO ENTRE O VERBO E O SEU COMPLEMENTO. A ALTERNATIVA B ESTÁ INCORRETA: "QUE" RETOMA "UMA MULHER" E FUNCIONA COMO SUJEITO DA 2ª ORAÇÃO, LOGO NÃO PODERIA SER PREPOSICIONADO. A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA: A EXCLUSÃO DA 2ª VÍRGULA NÃO É PERMITIDA, POIS ELA INTRODUZ UMA ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA EXPLICATIVA. CASO FOSSE RETIRADA, A ORAÇÃO PASSARIA A SER SUBORDINADA ADJETIVA RESTRITIVA, O QUE ACARRETIARIA ALTERAÇÃO SINTÁTICA E SEMÂNTICA NO TEXTO. A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA: O PRONOME RELATIVO "ONDE" SÓ PODE TER COMO ANTECEDENTE UM SUBSTANTIVO QUE INDICA IDEIA DE ESPAÇO, O QUE NÃO É O CASO DE "ESSE NOME".
116899	CLEIDIMAR MARIA TEIXEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
116899	CLEIDIMAR MARIA TEIXEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D'ambert: $P(a) = 0$ , assim $P(1) = 0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequência $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a sequência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta: $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
116899	CLEIDIMAR MARIA TEIXEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	38	DEFERIDO	A QUESTÃO COMPORTA APENAS UM ITEM CORRETO, SENDO ASSIM O GABARITO LETRA "C". SE A CANDIDATA ASSINALOU A LETRA "C" COMO RESPOSTA FOR, DEVERÁ SER DEFERIDO. QUESTÃO 38 – SOBRE A POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. I - O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO - SINISA, DENTRE OUTROS OBJETIVOS, DESTACA-SE O DE COLETAR E SISTEMATIZAR DADOS RELATIVOS AS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO; (V – ART. 53, I DA LEI DE Nº 11.445/2007). II – O MINISTÉRIO DAS CIDADES ELABORARÁ AS DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO; (F - ART. 52, I, "D" DA LEI DE Nº 11.445/2007). III - O MINISTÉRIO DA FAZENDA ELABORARÁ A PROPOSIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NECESSÁRIOS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS E AS METAS DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, COM IDENTIFICAÇÃO DAS RESPECTIVAS FONTES DE FINANCIAMENTO; (F - ART. 52, I, "C" DA LEI DE Nº 11.445/2007). IV – O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MINISTÉRIO DA FAZENDA IRÃO ELABORAR AS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DOS CONDICIONANTES DE NATUREZA POLÍTICO-INSTITUCIONAL, LEGAL E JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA, CULTURAL E TECNOLÓGICA COM IMPACTO NA CONSECUÇÃO DAS METAS E OBJETIVOS ESTABELECIDOS; (F – ART. 52, I, "B" DA LEI 11.445/2007). A – TODOS OS ITENS ESTÃO ERRADOS. B – APENAS O ITEM III ESTÁ ERRADO. C – APENAS O ITEM I ESTÁ CORRETO. * D- OS ITENS I E II ESTÃO CORRETOS E, OS ITENS III, IV ESTÃO ERRADOS. E – OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS.
116899	CLEIDIMAR MARIA TEIXEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
116899	CLEIDIMAR MARIA TEIXEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
252128	CRISTINA CABRAL	TÉCNICO	52	INDEFERIDO	NO BRASIL, A MICROFILMAGEM É NORMALIZADA PELA LEI

	TEIXEIRA	ADMINISTRATIVO			5.433/1968, REGULAMENTADA PELO DECRETO PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS AGENTES QUE DANIFICAM OS DOCUMENTOS • BIOLÓGICOS: INSETOS, MICROORGANISMOS, RATOS, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOS DOCUMENTOS AGENTES AMBIENTAIS TEMPERATURA E UMIDADE A TEMPERATURA E A UMIDADE SÃO AGRAVANTES PARA A DETERIORAÇÃO E ENFRAQUECIMENTO DO PAPEL E O APARECIMENTO DO MOFO, DEVENDO SEM MANTIDA UMA TEMPERATURA ENTRE 15 A 20°C, E UMIDADE DE 40 A 60%, EVITANDO OSCILAÇÕES PARA NÃO ACELERAR A FRAGILIZAÇÃO DO(...)
264799	DANIEL AFONSO DE DEUS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	22	INDEFERIDO	COMO A POSSIBILIDADE EXISTE EM ALGUM DOS AMBIENTES, A AFIRMAÇÃO DE QUE É POSSÍVEL SE MANTÉM VERDADEIRA. NÃO HOUE INDICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE, LOGO O ITEM NÃO É PASSÍVEL DE ANULAÇÃO.
261815	DANILO COELHO DOS SANTOS	TÉCNICO IND. AGRIMENSURA	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação da questão. Ainda, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
261815	DANILO COELHO DOS SANTOS	TÉCNICO IND. AGRIMENSURA	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORAÇÕES, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORAÇÕES POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.
261815	DANILO COELHO DOS SANTOS	TÉCNICO IND. AGRIMENSURA	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
175555	DARCILENO MARTINS DA MATTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
192083	DÉBORA RAÍSSA MARÇAL	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
192083	DÉBORA RAÍSSA MARÇAL	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
115477	DENISE FERREIRA SILVA	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
170851	DENISE HELENA DE MELO NOGUEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	25	INDEFERIDO	A FUNÇÃO DO COMANDO &#34;NOVA JANELA&#34; É ABRIR O MESMO DOCUMENTO PARA AUXÍLIO DO TRABALHO.

170851	DENISE HELENA DE MELO NOGUEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	36	INDEFERIDO	A ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DESPRENDIDOS PELO RECORRENTE NÃO PODEM PROSPERAR EM FACE QUE NO INCISO IV DO ART. 40, A PALAVRA CORRETA É "INDEVIDA", ENQUANTO A QUESTÃO POSSUI A PALAVRA "DEVIDA". NO ITEM V ESTÁ ERRADO, POIS A PALAVRA CORRETA É (DEPOIS) E ESTÁ ESCRITO (ANTES). ASSIM SENDO IMPROCEDENTE AO ARGUMENTO. INDEFIRO. SEGUE ABAIXO A LITERALIDADE DO DISPOSITIVO. ART. 40. OS SERVIÇOS PODERÃO SER INTERROMPIDOS PELO PRESTADOR NAS SEGUINTE HIPÓTESES: JURISPRUDÊNCIA CORRELATA I - SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA QUE ATINJAM A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS; II - NECESSIDADE DE EFETUAR REPAROS, MODIFICAÇÕES OU MELHORIAS DE QUALQUER NATUREZA NOS SISTEMAS; III - NEGATIVA DO USUÁRIO EM PERMITIR A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEITURA DE ÁGUA CONSUMIDA, APÓS TER SIDO PREVIAMENTE NOTIFICADO A RESPEITO; IV - MANIPULAÇÃO INDEVIDA DE QUALQUER TUBULAÇÃO, MEDIDOR OU OUTRA INSTALAÇÃO DO PRESTADOR, POR PARTE DO USUÁRIO; E V - INADIMPLEMENTO DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DO PAGAMENTO DAS TARIFAS, APÓS TER SIDO FORMALMENTE NOTIFICADO.
170851	DENISE HELENA DE MELO NOGUEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
170851	DENISE HELENA DE MELO NOGUEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	INDEFERIDO	INDEFIRO - CONSIDERANDO O GABARITO QUE ORA SE POSTA, COM RESPOSTA PARA CADA ITEM ESPECÍFICO - É APLICAÇÃO LITERÁRIA DA LEI. QUESTÃO - OS ITENS ABAIXO; REMETEM A TRATAMENTO JURÍDICO NA FORMA DO DECRETO DE Nº 7.217/2010 DE QUE TRATA DA MATÉRIA "LICENCIAMENTO AMBIENTAL". NESTE SENTIDO ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. I - O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E DE EFLUENTES GERADOS NOS PROCESSOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA CONSIDERARÁ ETAPAS DE EFICIÊNCIA, DONDE A SUA IMPLANTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES SERÁ ESTABELECIDA EM FUNÇÃO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO DOS USUÁRIOS. (V - §1º C/C CAPUT DO ART. 22). II - COMPETE A AUTORIDADE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA ESTABELECEER PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS DE LICENCIAMENTO PARA AS ATIVIDADES, EM FUNÇÃO DO PORTE DAS UNIDADES E DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ESPERADOS. (F - §2º DO ART. 22, POIS O CORRETO É "AUTORIDADE AMBIENTAL"). III - A AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE ESTABELECEER METAS PROGRESSIVAS PARA QUE A QUALIDADE DOS EFLUENTES DE UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS ATENDA AOS PADRÕES DAS CLASSES DOS CORPOS HÍDRICOS RECEPTORES, A PARTIR DOS NÍVEIS PRESENTES DE TRATAMENTO, DA TECNOLOGIA DISPONÍVEL E CONSIDERANDO A CAPACIDADE DE PAGAMENTO DOS USUÁRIOS ENVOLVIDOS. (V - §3º DO ART. 22 DO DECRETO DE Nº 7.17/2010). A - V, V, V. B - F, F, V. C - V, V, F. D - F, V, V. E - V, F, V. ®
227626	DENISLEY NERES DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	21	INDEFERIDO	A LETRA &#34;A&#34; É O ÚNICO ITEM CORRETO, CONFORME GABARITO OFICIAL.
227626	DENISLEY NERES DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
227455	DIVINO ROSA DOS SANTOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
161595	EDUARDO MACEDO SANTOS	AGENTE DE INFORMÁTICA	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
161595	EDUARDO MACEDO SANTOS	AGENTE DE INFORMÁTICA	52	INDEFERIDO	NA OPÇÃO DE AJUDA DO MICROSOFT WORD - COMO SELECIONAR COLUNAS EM UM TEXTO NO WORD EXISTE O SEGUINTE TEXTO:

					PARA SELECIONAR UM BLOCO DE TEXTO NA VERTICAL, COMO UMA COLUNA DE NÚMEROS, APORTE E SEGRE A TECLA ALT E DEPOIS ARRASTE O MOUSE SOBRE O TEXTO. PORTANTO A OPÇÃO CORRETA É A TECLA ALT + O BOTÃO ESQUERDO DO MOUSE.
271813	ELAINE GUIMARAES BARROS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	22	INDEFERIDO	COMO A POSSIBILIDADE EXISTE EM ALGUM DOS AMBIENTES, A AFIRMAÇÃO DE QUE É POSSÍVEL SE MANTÉM VERDADEIRA. NÃO HOUE INDICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE, LOGO O ITEM NÃO É PASSÍVEL DE ANULAÇÃO.
143617	ELIZABETH TOBIAS DA SILVA CAETANO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	14	INDEFERIDO	A QUESTÃO NÃO APRESENTA NENHUM ERRO QUANTO AO SEU CONTEÚDO. ESTA QUESTÃO BASEA-SE NUMA PROPRIEDADE DA PROBABILIDADE, QUANDO NA QUESTÃO DE TRATAMENTO DE EVENTOS INDEPENDENTE. ESTÁ CORRETA.!
143617	ELIZABETH TOBIAS DA SILVA CAETANO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	39	INDEFERIDO	SEM RAZÃO O RECORRENTE CONFORME QUESTÃO ABAIXO GABARITADA. INDEFIRO. QUESTÃO 39 – A LEI 11.445/2007 ALTEROU ALGUNS DISPOSITIVOS LEGAIS VINCULADOS A MATÉRIA E, ASSIM SENDO A LEITURA DA LEI PERMITE AFIRMAR QUE: (FUNDAMENTO – DISPOSIÇÕES FINAIS – ART. 54 AO ART. 58 DA LEI 11.445/2007) I - A INFRAESTRUTURA BÁSICA DOS PARCELAMENTOS É CONSTITUÍDA PELOS EQUIPAMENTOS URBANOS DE ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, ENERGIA ELÉTRICA PÚBLICA E DOMICILIAR E VIAS DE CIRCULAÇÃO. (V - ART. 55, QUE ALTERA O §5º DO 2º DA LEI 6.766/79). II - A CONTRATAÇÃO DA COLETA, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS REICLÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS, EM ÁREAS COM SISTEMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO, EFETUADOS POR ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS FORMADAS EXCLUSIVAMENTE POR PESSOAS FÍSICAS DE BAIXA RENDA RECONHECIDAS PELO PODER PÚBLICO COMO CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS, COM O USO DE EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS COM AS NORMAS TÉCNICAS, AMBIENTAIS E DE SAÚDE PÚBLICA. (V – ART. 57, NOVA REDAÇÃO AO INCISO XXVII DO ART. 24 DA LEI DE Nº 8.666/93). III - VENCIDO O PRAZO MENCIONADO NO CONTRATO OU ATO DE OUTORGA, O SERVIÇO PODERÁ SER PRESTADO POR ÓRGÃO OU ENTIDADE DO PODER CONCEDENTE, OU DELEGADO A TERCEIROS, MEDIANTE NOVO CONTRATO. (V – ART. 58, NOVA REDAÇÃO DADA AO §1º DO ART. 42 DA LEI 8.987/95). A – A QUESTÃO NÃO POSSUI NENHUM ITEM CORRETO. B – A QUESTÃO NÃO POSSUI NENHUM ITEM ERRADO. © C – V, F, V. D – V, V, F. E – F, F, V.
143617	ELIZABETH TOBIAS DA SILVA CAETANO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0 \Rightarrow R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
143617	ELIZABETH TOBIAS DA SILVA CAETANO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
143617	ELIZABETH TOBIAS DA SILVA CAETANO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.

143617	ELIZABETH TOBIAS DA SILVA CAETANO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	38	DEFERIDO	A QUESTÃO COMPORTA APENAS UM ITEM CORRETO, SENDO ASSIM O GABARITO LETRA "C". SE A CANDIDATA ASSINALOU A LETRA "C" COMO RESPOSTA FOR, DEVERÁ SER DEFERIDO. QUESTÃO 38 – SOBRE A POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. I - O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO - SINISA, DENTRE OUTROS OBJETIVOS, DESTACA-SE O DE COLETAR E SISTEMATIZAR DADOS RELATIVOS AS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO; (V – ART. 53, I DA LEI DE Nº 11.445/2007). II – O MINISTÉRIO DAS CIDADES ELABORARÁ AS DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO; (F - ART. 52, I, "D" DA LEI DE Nº 11.445/2007). III - O MINISTÉRIO DA FAZENDA ELABORARÁ A PROPOSIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NECESSÁRIOS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS E AS METAS DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, COM IDENTIFICAÇÃO DAS RESPECTIVAS FONTES DE FINANCIAMENTO; (F - ART. 52, I, "C" DA LEI DE Nº 11.445/2007). IV – O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MINISTÉRIO DA FAZENDA IRÃO ELABORAR AS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DOS CONDICIONANTES DE NATUREZA POLÍTICO-INSTITUCIONAL, LEGAL E JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA, CULTURAL E TECNOLÓGICA COM IMPACTO NA CONSECUÇÃO DAS METAS E OBJETIVOS ESTABELECIDOS; (F – ART. 52, I, "B" DA LEI 11.445/2007). A – TODOS OS ITENS ESTÃO ERRADOS. B – APENAS O ITEM III ESTÁ ERRADO. C – APENAS O ITEM I ESTÁ CORRETO. * D- OS ITENS I E II ESTÃO CORRETOS E, OS ITENS III, IV ESTÃO ERRADOS. E – OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS.
268276	ERICO RONCATO PEREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	20	INDEFERIDO	AS DATAS DE LANÇAMENTO DOS SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS NAS VERSÕES MILLENIUM, XP E VISTA SÃO, RESPECTIVAMENTE, 14/09/2000, 25/10/2001 E 08/11/2006.
268276	ERICO RONCATO PEREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	52	INDEFERIDO	&#34;NO BRASIL, A MICROFILMAGEM É NORMATIZADA PELA LEI 5.433/1968, REGULAMENTADA PELO DECRETO PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS AGENTES QUE DANIFICAM OS DOCUMENTOS • BIOLÓGICOS: INSETOS, MICROORGANISMOS, RATOS, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOS DOCUMENTOS AGENTES AMBIENTAIS TEMPERATURA E UMIDADE A TEMPERATURA E A UMIDADE SÃO AGRAVANTES PARA A DETERIORAÇÃO E ENFRAQUECIMENTO DO PAPEL E O APARECIMENTO DO MOFO, DEVENDO SEM MANTIDA UMA TEMPERATURA ENTRE 15 A 20°C, E UMIDADE DE 40 A 60%, EVITANDO OSCILAÇÕES PARA NÃO ACELERAR A FRAGILIZAÇÃO DO ARQUIVO (...)
268276	ERICO RONCATO PEREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
281183	ESTER DA SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
281183	ESTER DA SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
281183	ESTER DA SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
115319	FELIPE PINHEIRO BORGES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.



115319	FELIPE PINHEIRO BORGES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
115319	FELIPE PINHEIRO BORGES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	43	INDEFERIDO	SEJA O GABARITO DA QUESTÃO. QUESTÃO 43 - COM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ENTENDE-SE QUE: (ART. 9º DO DECRETO 7.217 DE 2010) I - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS COLETA, INCLUSIVE LIGAÇÃO PREDIAL, DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; II - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; III - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DOS ESGOTOS SANITÁRIOS. IV - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, OS SERVIÇOS COLOCADOS A DISPOSIÇÃO FINAL DOS ESGOTOS SANITÁRIOS E DOS LODOS ORIGINÁRIOS DA OPERAÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO COLETIVAS OU INDIVIDUAIS, INCLUSIVE FOSSAS SÉPTICAS. COM BASE NOS ITENS ACIMA, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. A - V, V, V, F. B - F, F, V, V C- V, V, V, V. ® D - V, F, V, F. E - F, F, F, V. ASSIM SENDO, SEGUE A LITERALIDADE DO ART. 9 DO DECRETO 7.217/2010. ART. 9º CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS CONSTITUÍDOS POR UMA OU MAIS DAS SEGUINTE ATIVIDADES: I - COLETA, INCLUSIVE LIGAÇÃO PREDIAL, DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; II - TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; III - TRATAMENTO DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; E IV - DISPOSIÇÃO FINAL DOS ESGOTOS SANITÁRIOS E DOS LODOS ORIGINÁRIOS DA OPERAÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO COLETIVAS OU INDIVIDUAIS, INCLUSIVE FOSSAS SÉPTICAS. ISTO POSTO, INDEFIRO
163660	FERNANDA BIBIANA DE ARAUJO MOURA	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	26	INDEFERIDO	O RESULTADO DA SOMA SERIA APRESENTADO NA CÉLULA C1, E NÃO NA CÉLULA D1.
163660	FERNANDA BIBIANA DE ARAUJO MOURA	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	51	INDEFERIDO	CONTAS COM SALDO DEVEDOR: CAIXA 45.000,00 BANCO 50.000,00 ESTOQUE MERCADORIAS 37.000,00 VEICULO 20.000,00 MAQUINAS 40.000,00 TOTAL 192.000,00 CONTAS COM SALDO CREDOR DUPLICATA A PAGAR 12.000,00 CAPITAL 160.000,00 EMPRESTIMO A PAGAR 20.000,00 TOTAL 192.000,00
163660	FERNANDA BIBIANA DE ARAUJO MOURA	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	19	INDEFERIDO	O APLICATIVO OPENOFFICE TEM FUNCIONALIDADES SEMELHANTES AO MICROSOFT OFFICE, SENDO SUA ALTERNATIVA GRATUITA E LIVRE. O WINDOWS É UM SISTEMA OPERACIONAL, ASSIM, A ALTERNATIVA GRATUITA E LIVRE AO WINDOWS É O LINUX, NÃO O OPENOFFICE.
163660	FERNANDA BIBIANA DE ARAUJO MOURA	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	57	DEFERIDO	A QUESTAO SERÁ ANULADA DEVIDO A DUPLO ENTENDIMENTO REF. NO LANÇAMENTO A SEGUIR: 11/02/2012 - AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS, EM MOEDA CORRENTE, NO VALOR DE R\$ 120.000,00 A PRAZO COM DUPLICATA.

163660	FERNANDA BIBIANA DE ARAUJO MOURA	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	52	INDEFERIDO	DE ACORDO COM O MANUAL FIPECAFI 2010, PAG 307 ANTERIORMENTE A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE AOS PADRÕES INTERNACIONAIS, O DESCONTO DE DUPLICATAS ERA REGISTRADO COMO CONTA REDUTORA DO ATIVO, CONTA DUPLICATAS A RECEBER E AS DESPESAS BANCARIAS E OS JUROS ERAM REGISTRADOS COMO DESPESA ANTECIPADA, APARTIR DE 2010, DE ACORDO COMO O MANUAL FIPECAFI 2010 AS DUPLICATAS DESCONTADAS PASSAM A SER LANÇADAS NO PASSIVO CIRCULANTE E OS ENCARGOS FINANCEIROS COBRADOS PELO BANCO SERÃO CLASSIFICADOS NO BALANÇO COMO REDUÇÃO DO PASSIVO CORRESPONDENTE EM UMA CONTA CHAMADA ENCARGOS FINANCEIROS A TRANSCORRER. ANTES DOS PRONUNCIAMENTOS: ANTES DA EDIÇÃO DOS PRONUNCIAMOS TÉCNICOS CPC, JÁ REFERENCIADOS NESTE ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS, A EMPRESA QUE EFETUAVA DESCONTO DE DUPLICATAS DEMONSTRAVA O TOTAL DAS DUPLICATAS E/OU CONTAS A RECEBER DESCONTADAS NO ATIVO DO BALANÇO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, SUBTRATIVAMENTE, NO MESMO GRUPO EM QUE ESTAVAM REGISTRADOS OS TÍTULOS QUE FORAM NEGOCIADOS JUNTO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DE MODO A ESCLARECER QUE A EMPRESA NEGOCIOU AQUELES DIREITOS, MAS PODERIA TER DE READQUIRI-LOS, CASO O DEVEDOR FALTASSE COM O PAGAMENTO. O ENTENDIMENTO ERA QUE ESSAS DUPLICATAS NÃO DEVERIAM, POR FORÇA DA LEI DAS S/AS, FIGURAR NO PASSIVO, POIS ATÉ SEU VENCIMENTO NÃO EXISTE DÍVIDA POR PARTE DA EMPRESA. ESTA SÓ EXISTE A MEDIDA QUE OCORRE O VENCIMENTO DOS TÍTULOS E O DEVEDOR NÃO OS PAGA. APÓS OS PRONUNCIAMENTOS: DE ACORDO COM O PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 38, QUANDO UMA ENTIDADE TRANSFERIR UM ATIVO FINANCEIRO, DEVERÁ AVALIAR ATÉ QUE PONTO ELA RETÉM OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE DO ATIVO FINANCEIRO. NESSE CASO: A. SE A ENTIDADE TRANSFERIR SUBSTANCIALMENTE TODOS OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE DO ATIVO FINANCEIRO, A ENTIDADE DEVE DESRECONHECER O ATIVO FINANCEIRO E RECONHECER SEPARADAMENTE COMO ATIVOS OU PASSIVOS QUAISQUER DIREITOS E OBRIGAÇÕES CRIADOS OU RETIDOS COM A TRANSFERÊNCIA; OU B. SE A ENTIDADE RETIVER SUBSTANCIALMENTE TODOS OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE DO ATIVO FINANCEIRO, A ENTIDADE DEVE CONTINUAR A RECONHECER O ATIVO FINANCEIRO. PORTANTO, NESSA NOVA ÓTICA, QUANDO A EMPRESA TRANSFERE A TERCEIROS UM ATIVO FINANCEIRO, DESCONTO DE DUPLICATAS POR EXEMPLO, ESTA SOMENTE PODERÁ BAIXÁ-LO DE SUA CONTABILIDADE QUANDO (E SE) TRANSFERIR SUBSTANCIALMENTE TODOS OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE DO ATIVO FINANCEIRO. CASO CONTRÁRIO, A ENTIDADE DEVE MANTER OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS NO ATIVO E TRATAR O VALOR RECEBIDO COMO EMPRÉSTIMO. O QUE SE BUSCA AGORA É A ESSÊNCIA DA OPERAÇÃO. DESTA FORMA, AS PARCELAS RECEBIDAS NAS OPERAÇÕES DE DESCONTO DE DUPLICATAS, QUANDO NÃO HOUVER A TRANSFERÊNCIA DOS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE, DEVEM SER REGISTRADAS NO PASSIVO, SOB A RUBRICA &#34;EMPRÉSTIMOS A PAGAR-DESCONTO DE DUPLICATAS&#34;. JÁ A DUPLICATA FICARÁ NO ATIVO ATÉ QUE ELA SEJA BAIXADA POR RECEBIMENTO OU PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS. BASE LEGAL: ITEM 18 E 20 DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 38.
163660	FERNANDA BIBIANA DE ARAUJO MOURA	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	22	INDEFERIDO	COMO A POSSIBILIDADE EXISTE EM ALGUM DOS AMBIENTES, A AFIRMAÇÃO DE QUE É POSSÍVEL SE MANTÉM VERDADEIRA. NÃO HOUE INDICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE, LOGO O ITEM NÃO É PASSÍVEL DE ANULAÇÃO.
255416	FERNANDO DOMINGOS DA COSTA FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	INDEFERIDO	CONFORME LEGISLAÇÃO ABAIXO, A MATÉRIA ESTÁ DENTRO DA LEGISLAÇÃO NÃO OBSERVADA PELO RECORRENTE. ART. 32 – NÍVEL MÉDIO ART. 8º OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS, NOS TERMOS DO ART. 241 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005. [...] ART. 241. A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS DISCIPLINARÃO POR MEIO DE LEI OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS E OS CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS, AUTORIZANDO A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DE ENCARGOS, SERVIÇOS, PESSOAL E BENS ESSENCIAIS A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS TRANSFERIDOS. ASSIM SENDO, INDEFIRO NOS ARGUMENTOS DESCRITOS

126896	FERNANDO NERY TORIDO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
180822	FERNANDO RAMOS DOS REIS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	57	DEFERIDO	A QUESTAO SERÁ ANULADA DEVIDO A DUPLO ENTENDIMENTO REF. NO LANÇAMENTO A SEGUIR: 11/02/2012 - AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS, EM MOEDA CORRENTE, NO VALOR DE R\$ 120.000,00 A PRAZO COM DUPLICATA.
180822	FERNANDO RAMOS DOS REIS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	58	INDEFERIDO	DE ACORDO COM O MANUAL FIPECAFI 2010, PAG 307 ANTERIORMENTE A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE AOS PADRÕES INTERNACIONAIS, O DESCONTO DE DUPLICATAS ERA REGISTRADO COMO CONTA REDUTORA DO ATIVO, CONTA DUPLICATAS A RECEBER E AS DESPESAS BANCARIAS E OS JUROS ERAM REGISTRADOS COMO DESPESA ANTECIPADA, APARTIR DE 2010, DE ACORDO COMO O MANUAL FIPECAFI 2010 AS DUPLICATAS DESCONTADAS PASSAM A SER LANÇADAS NO PASSIVO CIRCULANTE E OS ENCARGOS FINANCEIROS COBRADOS PELO BANCO SERÃO CLASSIFICADOS NO BALANÇO COMO REDUÇÃO DO PASSIVO CORRESPONDENTE EM UMA CONTA CHAMADA ENCARGOS FINANCEIROS A TRANSCORRER. ANTES DOS PRONUNCIAMENTOS: ANTES DA EDIÇÃO DOS PRONUNCIAMOS TÉCNICOS CPC, JÁ REFERENCIADOS NESTE ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS, A EMPRESA QUE EFETUAVA DESCONTO DE DUPLICATAS DEMONSTRAVA O TOTAL DAS DUPLICATAS E/OU CONTAS A RECEBER DESCONTADAS NO ATIVO DO BALANÇO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, SUBTRATIVAMENTE, NO MESMO GRUPO EM QUE ESTAVAM REGISTRADOS OS TÍTULOS QUE FORAM NEGOCIADOS JUNTO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DE MODO A ESCLARECER QUE A EMPRESA NEGOCIOU AQUELES DIREITOS, MAS PODERIA TER DE READQUIRI-LOS, CASO O DEVEDOR FALTASSE COM O PAGAMENTO. O ENTENDIMENTO ERA QUE ESSAS DUPLICATAS NÃO DEVERIAM, POR FORÇA DA LEI DAS S/AS, FIGURAR NO PASSIVO, POIS ATÉ SEU VENCIMENTO NÃO EXISTE DÍVIDA POR PARTE DA EMPRESA. ESTA SÓ EXISTE A MEDIDA QUE OCORRE O VENCIMENTO DOS TÍTULOS E O DEVEDOR NÃO OS PAGA. APÓS OS PRONUNCIAMENTOS: DE ACORDO COM O PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 38, QUANDO UMA ENTIDADE TRANSFERIR UM ATIVO FINANCEIRO, DEVERÁ AVALIAR ATÉ QUE PONTO ELA RETÉM OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE DO ATIVO FINANCEIRO. NESSE CASO: A. SE A ENTIDADE TRANSFERIR SUBSTANCIALMENTE TODOS OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE DO ATIVO FINANCEIRO, A ENTIDADE DEVE DESRECONHECER O ATIVO FINANCEIRO E RECONHECER SEPARADAMENTE COMO ATIVOS OU PASSIVOS QUAISQUER DIREITOS E OBRIGAÇÕES CRIADOS OU RETIDOS COM A TRANSFERÊNCIA; OU B. SE A ENTIDADE RETIVER SUBSTANCIALMENTE TODOS OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE DO ATIVO FINANCEIRO, A ENTIDADE DEVE CONTINUAR A RECONHECER O ATIVO FINANCEIRO. PORTANTO, NESSA NOVA ÓTICA, QUANDO A EMPRESA TRANSFERE A TERCEIROS UM ATIVO FINANCEIRO, DESCONTO DE DUPLICATAS POR EXEMPLO, ESTA SOMENTE PODERÁ BAIXÁ-LO DE SUA CONTABILIDADE QUANDO (E SE) TRANSFERIR SUBSTANCIALMENTE TODOS OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE DO ATIVO FINANCEIRO. CASO CONTRÁRIO, A ENTIDADE DEVE MANTER OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS NO ATIVO E TRATAR O VALOR RECEBIDO COMO EMPRÉSTIMO. O QUE SE BUSCA AGORA É A ESSÊNCIA DA OPERAÇÃO. DESTA FORMA, AS PARCELAS RECEBIDAS NAS OPERAÇÕES DE DESCONTO DE DUPLICATAS, QUANDO NÃO HOUVER A TRANSFERÊNCIA DOS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE, DEVEM SER REGISTRADAS NO PASSIVO, SOB A RUBRICA &#34;EMPRÉSTIMOS A PAGAR-DESCONTO DE DUPLICATAS&#34;. JÁ A DUPLICATA FICARÁ NO ATIVO ATÉ QUE ELA SEJA BAIXADA POR RECEBIMENTO OU PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS. BASE LEGAL: ITEM 18 E 20 DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 38.
180822	FERNANDO RAMOS DOS REIS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	25	INDEFERIDO	A EXTENSÃO &#34;RTF&#34; FOI DESENVOLVIDA PARA USO EM MULTIPLATAFORMAS, PERMITINDO-SE ASSIM O USO NÃO EXCLUSIVO.

180822	FERNANDO RAMOS DOS REIS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), CONFORME FUNDAMENTOS ABAIXO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005). A – V, F, V B – V, V, V. C – F, V, F. D – V, F, F. E – F, F, V. ®
180822	FERNANDO RAMOS DOS REIS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	52	INDEFERIDO	DE ACORDO COM O MANUAL FIPECAFI 2010, PAG 307 ANTERIORMENTE A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE AOS PADR-ES INTERNACIONAIS, O DESCONTO DE DUPLICATAS ERA REGISTRADO COMO CONTA REDUTORA DO ATIVO, CONTA DUPLICATAS A RECEBER E AS DESPESAS
229131	FLAVIA DARYNE COSTA ADRIANO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
117022	FRANCISCO EDIVAN FERREIRA BEZERRA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D’ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0 \Rightarrow R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
117022	FRANCISCO EDIVAN FERREIRA BEZERRA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
117022	FRANCISCO EDIVAN FERREIRA BEZERRA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
171312	FREDERICO TELES COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
143558	GABRIEL DA SILVA SOUZA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	56	INDEFERIDO	A PERGUNTA REMETE A NÍVEL DE TENSÃO CONVENCIONAL OFERTADO A RESIDÊNCIA E NÃO AO SISTEMA DE LIGAÇÃO.
143558	GABRIEL DA SILVA SOUZA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
264002	GABRIEL RODRIGUES NEVES	TÉCNICO IND. EM EDIFICAÇÕES	14	INDEFERIDO	A QUESTÃO ESTÁ CORRETA E NÃO VEJO NENHUM ERRO NA QUESTÃO QUE POSSA IMPOSSIBILITAR SOLUCIONAR A QUESTÃO. A RESPOSTA ESTÁ CORRETA.
264002	GABRIEL RODRIGUES NEVES	TÉCNICO IND. EM EDIFICAÇÕES	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
264002	GABRIEL RODRIGUES NEVES	TÉCNICO IND. EM EDIFICAÇÕES	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D’ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0 \Rightarrow R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.

264002	GABRIEL RODRIGUES NEVES	TÉCNICO IND. EM EDIFICAÇÕES	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
128839	GLAUBER ROGERIS OLIVEIRA NUNES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), CONFORME FUNDAMENTOS ABAIXO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005). A – V, F, V B – V, V, V. C - F, V, F. D – V, F, F. E – F, F, V. ®
128839	GLAUBER ROGERIS OLIVEIRA NUNES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	22	INDEFERIDO	COMO A POSSIBILIDADE EXISTE EM ALGUM DOS AMBIENTES, A AFIRMAÇÃO DE QUE É POSSÍVEL SE MANTÉM VERDADEIRA. NÃO HOUE INDICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE, LOGO O ITEM NÃO É PASSÍVEL DE ANULAÇÃO.
128839	GLAUBER ROGERIS OLIVEIRA NUNES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	35	INDEFERIDO	COM BASE NO GABARITO ABAIXO, A QUESTÃO ESTÁ POSTADA, COM GABARITO PARA CADA ITEM. ASSIM SENDO INDEFIRO O RECURSO QUESTÃO 35 – EM RELAÇÃO AS TARIFAS, ASSINALE A ALTERNATIVA ERRADA. A - AS TARIFAS SERÃO FIXADAS DE FORMA CLARA E OBJETIVA, DEVENDO OS REAJUSTES E AS REVISÕES SE TORNAR PÚBLICOS COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS COM RELAÇÃO A SUA APLICAÇÃO. (V – ART. 39 DA LEI DE Nº 11.445/2007). B – AS REVISÕES TARIFÁRIAS COMPREENDERÃO A REAVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS TARIFAS PRATICADAS E PODERÃO SER PERIÓDICAS E EXTRAORDINÁRIAS. (V - ART. 38 DA LEI 11.445/2007). C - OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO REMUNERADOS APENAS PELA COBRANÇA DE TARIFAS OU TAXAS REFERENTES AOS SERVIÇOS, DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. (F – ART. 29, INCISOS I E II DA LEI DE Nº 11.445/2007). D - OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO REMUNERADOS PELA COBRANÇA DE TARIFAS OU DE TAXAS REFERENTES AOS SERVIÇOS, DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO. (V – ART. 29, INCISOS I E II DA LEI DE Nº 11.445/2007). E - OS PRESTADORES QUE ATUEM EM MAIS DE UM MUNICÍPIO MANTERÃO SISTEMA CONTÁBIL QUE PERMITA REGISTRAR E DEMONSTRAR, SEPARADAMENTE, OS CUSTOS E AS RECEITAS DE CADA SERVIÇO. (V – ART. 18 DA LEI 11.445/2007).
128839	GLAUBER ROGERIS OLIVEIRA NUNES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	33	INDEFERIDO	APLICA-SE NESTE CASO A LITERALIDADE DO ART. 10 DA LEI 11.445/2007. ART. 10. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO POR ENTIDADE QUE NÃO INTEGRE A ADMINISTRAÇÃO DO TITULAR DEPENDE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO, SENDO VEDADA A SUA DISCIPLINA MEDIANTE CONVÊNIO, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS DE NATUREZA PRECÁRIA. ASSIM, ANTE AO FUNDAMENTO COLACIONADO O PLEITO DO CANDIDATO DEVA SER INDEFERIDO.
128839	GLAUBER ROGERIS OLIVEIRA NUNES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	33	INDEFERIDO	APLICA-SE NESTE CASO A LITERALIDADE DO ART. 10 DA LEI 11.445/2007. ART. 10. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO POR ENTIDADE QUE NÃO INTEGRE A ADMINISTRAÇÃO DO TITULAR DEPENDE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO, SENDO VEDADA A SUA DISCIPLINA MEDIANTE CONVÊNIO, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS DE NATUREZA PRECÁRIA. ASSIM, ANTE AO FUNDAMENTO COLACIONADO O PLEITO DO CANDIDATO DEVA SER INDEFERIDO.
128839	GLAUBER ROGERIS OLIVEIRA NUNES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	52	INDEFERIDO	NO BRASIL, A MICROFILMAGEM É NORMATIZADA PELA LEI 5.433/1968, REGULAMENTADA PELO DECRETO PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS AGENTES QUE DANIFICAM OS DOCUMENTOS • BIOLÓGICOS: INSETOS, MICROORGANISMOS, RATOS, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOS DOCUMENTOS AGENTES AMBIENTAIS TEMPERATURA E UMIDADE A TEMPERATURA E A UMIDADE SÃO AGRAVANTES PARA A DETERIORAÇÃO E ENFRAQUECIMENTO DO PAPEL E O APARECIMENTO DO MOFO, DEVENDO SEM MANTIDA UMA TEMPERATURA ENTRE 15 A 20ºC, E UMIDADE DE 40 A 60%, EVITANDO OSCILAÇÕES PARA NÃO ACELERAR A FRAGILIZAÇÃO DO O ARQUIVO NÃO DEVE ESTAR LOCALIZADO EM ÁREAS COMO PORÃO E SÓTÃO, NÃO DEVE TAMBÉM SER MANTIDO PRÓXIMO A DEPÓSITOS DE ÁGUA (A FIM DE SE EVITAR A UMIDADE)(..)

128839	GLAUBER ROGERIS OLIVEIRA NUNES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	3	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA E ESTÁ CORRETA: O PRONOME OBLÍQUO "A", DE ACORDO COM A NORMA PADRÃO DEVER SER EMPREGADO NA FUNÇÃO DE OBJETO DIRETO, O QUE É O CASO DE "MÚSICA DE SEREIAS E DE DONA JANAÍNA MODERNA", JÁ QUE É COMPLEMENTO DO VERBO TRANSITIVO DIRETO "SURDINANDO". A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA: O USO DA VÍRGULA É PROIBIDO ENTRE O VERBO E O SEU COMPLEMENTO. A ALTERNATIVA B ESTÁ INCORRETA: "QUE" RETOMA "UMA MULHER" E FUNCIONA COMO SUJEITO DA 2ª ORAÇÃO, LOGO NÃO PODERIA SER PREPOSICIONADO. A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA: A EXCLUSÃO DA 2ª VÍRGULA NÃO É PERMITIDA, POIS ELA INTRODUZ UMA ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA EXPLICATIVA. CASO FOSSE RETIRADA, A ORAÇÃO PASSARIA A SER SUBORDINADA ADJETIVA RESTRITIVA, O QUE ACARRETARIA ALTERAÇÃO SINTÁTICA E SEMÂNTICA NO TEXTO. A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA: O PRONOME RELATIVO "ONDE" SÓ PODE TER COMO ANTECEDENTE UM SUBSTANTIVO QUE INDICA IDEIA DE ESPAÇO, O QUE NÃO É O CASO DE "ESSE NOME".
128839	GLAUBER ROGERIS OLIVEIRA NUNES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	54	INDEFERIDO	AVALIAÇÃO DE DOCUMENTO É O PROCESSO EM QUE SÃO ESTABELECIDOS PRAZOS DE GUARDA NAS FASES CORRENTES E INTERMEDIÁRIAS, BEM COMO A DESTINAÇÃO FINAL DOS DOCUMENTOS DAS INSTITUIÇÕES (ELIMINAÇÃO OU GUARDA PERMANENTE). NA PRÁTICA É O ATO DE SE CRIAR A TABELA DE TEMPORALIDADE, REALIZADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS.
138673	GLAUCO VALERIANO DE ABREU	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D'ambert: $P(a) = 0$ , assim $P(1) = 0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequência $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0 \Rightarrow R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta: $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
138673	GLAUCO VALERIANO DE ABREU	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	24	INDEFERIDO	OS APLICATIVOS ESPECÍFICOS QUE O ANTIVÍRUS COMBATE SÃO TODOS AQUELES QUE TÊM INTENÇÕES MALICIOSAS. A FUNÇÃO DO ANTIVÍRUS É IMPEDIR ESSAS AÇÕES MALICIOSAS, O QUE NÃO DESCARTA A POSSIBILIDADE DE O USUÁRIO VIABILIZAR EXCEÇÕES AS REGRAS DO ANTIVÍRUS.
138673	GLAUCO VALERIANO DE ABREU	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADETRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005)
130356	GUILHERME DE FARIA BRASIL	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	19	INDEFERIDO	O APLICATIVO OPENOFFICE TEM FUNCIONALIDADES SEMELHANTES AO MICROSOFT OFFICE, SENDO SUA ALTERNATIVA GRATUITA E LIVRE. O WINDOWS É UM SISTEMA OPERACIONAL, ASSIM, A ALTERNATIVA GRATUITA E LIVRE AO WINDOWS É O LINUX, NÃO O OPENOFFICE.
196013	GUILHERME HENRIQUE ROSSI DE AZEVEDO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	24	INDEFERIDO	OS APLICATIVOS ESPECÍFICOS QUE O ANTIVÍRUS COMBATE SÃO TODOS AQUELES QUE TÊM INTENÇÕES MALICIOSAS. A FUNÇÃO DO ANTIVÍRUS É IMPEDIR ESSAS AÇÕES MALICIOSAS, O QUE NÃO DESCARTA A POSSIBILIDADE DE O USUÁRIO VIABILIZAR EXCEÇÕES AS REGRAS DO ANTIVÍRUS.
196013	GUILHERME HENRIQUE ROSSI DE AZEVEDO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORAÇÕES, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORAÇÕES POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE

					REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.
196013	GUILHERME HENRIQUE ROSSI DE AZEVEDO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	INDEFERIDO	PARA RESPONDER A QUESTÃO DO CANDIDATO, É NECESSÁRIO FRAGMENTAR OS SEUS ARGUMENTOS, DONDE DESDE JÁ PERMISSÃO PARA FAZÊ-LO E, NA MEDIDA SANEAR A DÚVIDA. VEJAMOS: SEGUNDO O RECORRENTE ARGUMENTO QUE: “A QUESTÃO EM ANÁLISE DEVE SER DE FORMA EXPLICITO ANULADA POR IMPROPRIEDADE MATERIAL A CERCA DE CONTEÚDO COBRADO NÃO EXPOSTO NO EDITAL. A QUESTÃO VERSA SOBRE O CONHECIMENTO CONSTITUCIONAL A CERCA DO ARTIGO 241 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (CF/88), ONDE NÃO CONSTA NO EDITAL NENHUMA MATÉRIA SOBRE DIREITO CONSTITUCIONAL NEM MESMO CONCEITOS BÁSICOS SOBRE DIREITO ADMINISTRATIVO”. NESTE SENTIDO, É NECESSÁRIO INFORMAR QUE A LEI ESTÁ NO EDITAL, E NOS ART. 8º DA LEI 11.445/2007, CONFORME ABAIXO COLACIONAMOS E REPRODUZIMOS NA SUA LITERALIDADE. ART. 8º OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS, NOS TERMOS DO ART. 241 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005. COMO SE VÊ O DISPOSITIVO CITADO REMETE AO ART. 241 DA CF/88, CONFORME ABAIXO TAMBÉM REPRODUZIMOS. ART. 241. A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS DISCIPLINARÃO POR MEIO DE LEI OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS E OS CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS, AUTORIZANDO A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DE ENCARGOS, SERVIÇOS, PESSOAL E BENS ESSENCIAIS A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS TRANSFERIDOS. CONCLUÍMOS, QUE SOBRE A ESTE ASPECTO O RECURSO DEVA SER INDEFERIDO. VOLTANDO PARA A ANÁLISE DA QUESTÃO EM SI, TEMOS QUE O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO INDEFERIDO, POR DOIS MOTIVOS: PRIMEIRO: O CANDIDATO PEDE QUE A QUESTÃO SEJA ANULADA, ARGUMENTANDO QUE NÃO CONTEM A MATÉRIA COBRADA. MAS AO CONTRÁRIO A MATÉRIA ESTÁ JUSTAMENTE DENTRO DO ART. 8º DA LEI 11.445/2007, NESTE SENTIDO E NO MÉRITO DO RECURSO, DOU COMO IMPROVIDO. SEGUNDO: AUSENTE A OPÇÃO QUE ACHA SER DE DIREITO, ASSIM INDEFIRO O RECURSO. NO CERNE DA QUESTÃO TEMOS O SEGUINTE GABARITO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005
196013	GUILHERME HENRIQUE ROSSI DE AZEVEDO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	52	INDEFERIDO	NA INTERNET ENCONTRA-SE TEXTOS DE LIVROS E DE ARTIGOS E DA LEGISLAÇÃO . O USO DO ENUNCIADO NÃO INVALIDA A QUESTÃO, PORQUE COMO SÃO INFORMAÇÕES ADVINDAS DE LEIS, PODERÁ CONSTAR EM VÁRIAS FONTES DE CONSULTA E NÃO SERÃO ALTERADAS POR ISSO.( SERÃO AS MESMAS INFORMAÇÕES EM QUALQUER FONTE) (...)SOBRE A NO BRASIL, A MICROFILMAGEM É NORMALIZADA PELA LEI 5.433/1968, REGULAMENTADA PELO DECRETO PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS AGENTES QUE DANIFICAM OS DOCUMENTOS • BIOLÓGICOS: INSETOS, MICROORGANISMOS, RATOS, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOS DOCUMENTOS AGENTES AMBIENTAIS TEMPERATURA E UMIDADE A TEMPERATURA E A UMIDADE SÃO AGRAVANTES PARA A DETERIORAÇÃO E ENFRAQUECIMENTO DO PAPEL E O APARECIMENTO DO MOFO, DEVENDO SEM MANTIDA UMA TEMPERATURA ENTRE 15 A 20ºC, E UMIDADE DE 40 A 60%, EVITANDO OSCILAÇÕES PARA NÃO ACELERAR A FRAGILIZAÇÃO DO O ARQUIVO NÃO DEVE ESTAR LOCALIZADO EM ÁREAS COMO PORÃO E SÓTÃO, NÃO DEVE TAMBÉM SER MANTIDO PRÓXIMO A DEPÓSITOS DE ÁGUA (...)

196013	GUILHERME HENRIQUE ROSSI DE AZEVEDO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	28	INDEFERIDO	AS POLÍTICAS DE INCENTIVOS FISCAIS ADOTADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, COM CERTEZA CORROBORARAM COM O CRESCIMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS SETORES AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, TENDO COMO EXEMPLOS: AS INSTALAÇÕES DAS MONTADORAS HYUNDAI E MITSUBISHIIT, NOS MUNICÍPIOS DE ANÁPOLIS E CATALÃO, RESPECTIVAMENTE. TAMBÉM PODE SER OBSERVADO NA LEI Nº 13.591/2000. INSTITUI O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE GOIÁS – PRODUIR E O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRODUIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; NA LEI Nº 9.440/97 - ESTABELECE INCENTIVOS FISCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ALTERADA PELA LEI Nº 12.218, DE 30 DE MARÇO DE 2010 . ALTERADA PELA LEI Nº 12.407, DE 19 DE MAIO DE 2011; E NO E NO SÍTIO: <a href="http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/economia">HTTP://WWW.ANAPOLIS.GO.GOV.BR/PORTAL/ANAPOLIS/ECONOMIA</a> . DESTA FORMA, O ITEM ESTÁ CORRETO, CONFORME O COMANDO: COM RELAÇÃO AO TEMA SUSCITADO NO TEXTO E SUAS RAMIFICAÇÕES, ASSI-NALE A ALTERNATIVA CORRETA.
196013	GUILHERME HENRIQUE ROSSI DE AZEVEDO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	57	INDEFERIDO	MUITAS FONTES, DENTRE ELAS O SEBRAE(2008) , ARTIGOS CIENTÍFICOS, ARTIGOS DE REVISTAS ESPECIALIZADAS(PEGN) APONTAM A MESMA DEFINIÇÃO PARA O TERMO, LIGANDO AO SUCESSO OU INSUCESSO DAS EMPRESAS. SEBRAE(2009) A LUCRATIVIDADE É UM INDICADOR DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL. OBTIDO SOBRE A FORMA DE VALOR PERCENTUAL, INDICA QUAL É O GANHO QUE SUA EMPRESA CONSEGUIE GERAR SOBRE O TRABALHO QUE DESENVOLVE. LUCRATIVIDADE = (LUCRO LÍQUIDO ÷ RECEITA TOTAL) X 100 A RENTABILIDADE A RENTABILIDADE É UM INDICADOR DE ATRATIVIDADE DO NEGÓCIO, POIS MOSTRA A VELOCIDADE COM QUE O CAPITAL POR VOCÊ INVESTIDO RETORNARÁ. É OBTIDO SOB A FORMA DE VALOR PERCENTUAL POR UNIDADE DE TEMPO E MOSTRA QUAL A TAXA DE RETORNO DO CAPITAL INVESTIDO POR UNIDADE DE TEMPO (POR EXEMPLO, MÊS OU ANO). RENTABILIDADE = (LUCRO LÍQUIDO ÷ INVESTIMENTO TOTAL) X 100
146575	GUSTAVO RODRIGUES DA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	24	INDEFERIDO	APLICATIVO E SOFTWARE SÃO TERMOS SINÔNIMOS, CONFORME DICIONÁRIO MICHAELIS.
146575	GUSTAVO RODRIGUES DA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	28	INDEFERIDO	SEGUNDO O LÉXICO: DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ONLINE O SIGNIFICADO DE CORROBORAR: V.T. E V.PRON.1; OBTER FORÇA; TORNAR FORTE; FORTALECER OU FORTALECER-SE; V.T. 2. ATESTAR; AÇÃO DE COMPROVAR OU CONFIRMAR. (ETM. DO LATIM: CORROBORARE) SINÔNIMOS DE CORROBORAR: ADMITIR, APOIAR, AVIGORAR, COMPROVAR, CONFIRMAR, CONSTATAR, FAVORECER,FORTIFICAR, RATIFICAR, REFORÇAR E ROBUSTECER. CORROBORARAM É CONJUGAÇÃO DO VERBO CORROBORAR.
146575	GUSTAVO RODRIGUES DA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	59	INDEFERIDO	CHIAVENATO , P.2010, P. 430 :. HIGIENE DO TRABALHO “ ESTÁ RELACIONADA AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO QUE ASSEGUREM A SAÚDE FÍSICA E MENTAL E COM AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E BEM-ESTAR DAS PESSOAS”.
146575	GUSTAVO RODRIGUES DA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	27	INDEFERIDO	A QUESTÃO SOLICITA QUE SEJA ASSINALADA A ALTERNATIVA INCORRETA. QUANDO O CORRETO É: VERÃO QUENTE E CHUVOSO E O INVERNO FRIO E SECO.
146575	GUSTAVO RODRIGUES DA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	54	INDEFERIDO	AVALIAÇÃO DE DOCUMENTO É O PROCESSO EM QUE SÃO ESTABELECIDOS PRAZOS DE GUARDA NAS FASES CORRENTES E INTERMEDIÁRIAS, BEM COMO A DESTINAÇÃO FINAL DOS DOCUMENTOS DAS INSTITUIÇÕES (ELIMINAÇÃO OU GUARDA PERMANENTE). NA PRÁTICA É O ATO DE SE CRIAR A TABELA DE TEMPORALIDADE, REALIZADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
--	--	--	--	INDEFERIDO	(A) LINEAR OU CLÁSSICA: TODOS OS ÓRGÃOS SÃO ESTRUTURADOS SOB UMA ÚNICA LINHA DE SUBORDINAÇÃO. HÁ CENTRALIZAÇÃO DAS DECISÕES. AS LINHAS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO, GERALMENTE COM FLUXO DESCENDENTE. CADA UNIDADE DE TRABALHO EXECUTA TAREFAS ESPECIFICAS E BEM DEFINIDAS. CORRESPONDE A UMA ESTRUTURA SIMPLES . AINDA, TA, BPEM CHAMADA DE ESTRUTUA PIRAMIDAL, TEM AUTORIDADE NO TOPO, QUE COMANDA TODAS AS UNIDADES. JÁ NA ESTRUTURA FUNCIONAL, HÁ UMA SUBORDINAÇÃO TÉCNICA, POR ESPECIALIDADES E FUNÇÕES, ENCONTRA UMA CHEFIA PARA CADA FUNÇÃO, DE MODO QUE OS SUBALTERNOS EXERÇAM MAIS DE UMA FUNÇÃO, FICANDO SOB O MANDO DE MAIS DE UM CHEFE.



146575	GUSTAVO RODRIGUES DA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
130130	HOSANA APARECIDA DOS SANTOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
157184	HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA MELO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	51	INDEFERIDO	A VAZÃO ESTÁ EQUIPARADA A RESISTÊNCIA OFERECIDA AO MOVIMENTO DE ELÉTRONS EM UM CONDUTOR DE BITOLA MENOR E UM CONDUTOR DE BITOLA MAIOR.
157184	HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA MELO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	2	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA C ESTÁ CORRETA: CONFORME A NORMA PADRÃO, "ESTE" É UM ELEMENTO CATAFÓRICO E, NESSE CASO, SÓ PODE SER UTILIZADO PARA ANTECIPAR TERMO OU ORAÇÃO; "ESSE", POR SUA VEZ, É UM ELEMENTO ANAFÓRICO, POR ISSO SÓ DEVE SER UTILIZADO PARA RETOMAR TERMOS OU ORAÇÃO. PORTANTO, AS DEMAIS ALTERNATIVAS ESTÃO INCORRETAS.
157184	HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA MELO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	58	INDEFERIDO	A RESOLUÇÃO CONSTA NO PROGRAMA. ITEM 3.
157184	HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA MELO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	57	INDEFERIDO	A RESOLUÇÃO CONSTA NO PROGRAMA. ITEM 3
157184	HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA MELO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	32	INDEFERIDO	SEGUNDO O RECORRENTE ARGUMENTO QUE: "A QUESTÃO EM ANÁLISE DEVE SER DE FORMA EXPLICITO ANULADA EM FACE DE CONTEÚDO COBRADO NÃO EXPOSTO NO EDITAL. NESTE SENTIDO, É NECESSÁRIO INFORMAR QUE A LEI ESTÁ NO EDITAL, E NOS ART. 8º DA LEI 11.445/2007, CONFORME ABAIXO COLACIONAMOS E REPRODUZIMOS NA SUA LITERALIDADE. ART. 8º OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS, NOS TERMOS DO ART. 241 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005. COMO SE VÊ O DISPOSITIVO CITADO REMETE AO ART. 241 DA CF/88, CONFORME ABAIXO TAMBÉM REPRODUZIMOS. ART. 241. A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS DISCIPLINARÃO POR MEIO DE LEI OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS E OS CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS, AUTORIZANDO A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DE ENCARGOS, SERVIÇOS, PESSOAL E BENS ESSENCIAIS A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS TRANSFERIDOS. CONCLUÍMOS, QUE SOBRE A ESTE ASPECTO O RECURSO DEVA SER INDEFERIDO. VOLTANDO PARA A ANÁLISE DA QUESTÃO EM SI, TEMOS QUE O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO INDEFERIDO, POR DOIS MOTIVOS: PRIMEIRO: O CANDIDATO PEDE QUE A QUESTÃO SEJA ANULADA, ARGUMENTANDO QUE NÃO CONTEM A MATÉRIA COBRADA. MAS AO CONTRÁRIO A MATÉRIA ESTÁ JUSTAMENTE DENTRO DO ART. 8º DA LEI 11.445/2007, NESTE SENTIDO E NO MÉRITO DO RECURSO, DOU COMO IMPROVIDO. SEGUNDO: AUSENTE A OPÇÃO QUE ACHA SER DE DIREITO, ASSIM INDEFIRO O RECURSO. NO CERNE DA QUESTÃO TEMOS O SEGUINTE GABARITO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE

					CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005)
157184	HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA MELO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D’ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequência $(1 + 4 + 7 + \dots a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a sequência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
157184	HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA MELO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	60	INDEFERIDO	RESPOSTA CORRETA LETRA E ESQUEMA IT
157184	HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA MELO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	54	INDEFERIDO	RESPOSTA CORRETA LETRA B.
264220	IBRAHIM INACIO DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	33	INDEFERIDO	APLICA-SE NESTE CASO A LITERALIDADE DO ART. 10 DA LEI 11.445/2007. ART. 10. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO POR ENTIDADE QUE NÃO INTEGRE A ADMINISTRAÇÃO DO TITULAR DEPENDE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO, SENDO VEDADA A SUA DISCIPLINA MEDIANTE CONVÊNIOS, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS DE NATUREZA PRECÁRIA. ASSIM, ANTE AO FUNDAMENTO COLACIONADO O PLEITO DO CANDIDATO DEVA SER INDEFERIDO
264220	IBRAHIM INACIO DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D’ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequência $(1 + 4 + 7 + \dots a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a sequência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
264220	IBRAHIM INACIO DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
165061	IGOR ALEXANDRE TEODOZIO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), CONFORME FUNDAMENTOS ABAIXO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005). A – V, F, V B – V, V, V. C – F, V, F. D – V, F, F. E – F, F, V. ®
165061	IGOR ALEXANDRE TEODOZIO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.

165061	IGOR ALEXANDRE TEODOZIO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots + a20)$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
165061	IGOR ALEXANDRE TEODOZIO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
179807	ILAMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
179807	ILAMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
139230	ITANA DE FARIA NASCIMENTO REZENDE	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
254764	JEAN DANIEL DIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots + a20)$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
254764	JEAN DANIEL DIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	2	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA C ESTÁ CORRETA: CONFORME A NORMA PADRÃO, "ESTE" É UM ELEMENTO CATAFÓRICO E, NESSE CASO, SÓ PODE SER UTILIZADO PARA ANTECIPAR TERMO OU ORAÇÃO; "ESSE", POR SUA VEZ, É UM ELEMENTO ANAFÓRICO, POR ISSO SÓ DEVE SER UTILIZADO PARA RETOMAR TERMOS OU ORAÇÃO. PORTANTO, AS DEMAIS ALTERNATIVAS ESTÃO INCORRETAS.
254764	JEAN DANIEL DIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	5	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA B ESTÁ CORRETA: "ENTRETANTO" É UMA CONJUNÇÃO COORDENATIVA ADVERSATIVA E DEVE SER UTILIZADA PARA RELACIONAR SEGMENTOS (ORAÇÕES, PERÍODOS, PARÁGRAFOS) QUE APRESENTAM INFORMAÇÕES OPOSTAS OU QUANDO O SEGMENTO INTRODUZIDO POR ELA APRESENTA UM CONTEÚDO QUE QUEBRA A EXPECTATIVA CRIADA PELO ANTERIOR. NO CASO DO TEXTO, DEPOIS QUE O AUTOR RESSALTA A IMPORTÂNCIA DE CORA CORALINA, QUE ESTÁ ACIMA DE GRANDES PERSONALIDADES DE GOIÁS, ELE ANUNCIA QUE ELA É "UMA VELHINHA SEM POSSES". PORTANTO, AS DEMAIS ALTERNATIVAS ESTÃO INCORRETAS.
254764	JEAN DANIEL DIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17	INDEFERIDO	HÁ DEZENAS DE APLICATIVOS CUJA FUNÇÃO OU ESPECIALIDADE É A COMUNICAÇÃO. HÁ COMUNICAÇÃO POR DIVERSAS FORMAS: E-MAILS, MENSAGENS INSTANTÂNEAS, MENSAGENS POR VOZ, CONVERSA POR VOZ. É POSSÍVEL ENCONTRAR DIVERSOS DESSES APLICATIVOS (SKYPE, FACEBOOK MESSENGER, HANGOUT) EM SITES COMO WWW.BAIXAKI.COM.BR, WWW.SOFTONIC.COM.BR, WWW.SUPERDOWNLOADS.COM.BR.
254764	JEAN DANIEL DIAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	33	INDEFERIDO	CONFORME GABARITO, O RECURSO APRESENTADO PELO CANDIDATO, DEVA SER INDEFERIDO, EM FACE DA INCIDÊNCIA DA LITERALIDADE DO ART. 10 DA 11.445/2007.
130376	JEFERSON RODRIGO	TÉCNICO IND. EM	14	INDEFERIDO	A QUESTÃO SOLICITADA NÃO APRESENTA NENHUMA

	CAMPOS	MECÂNICA			POSSIBILIDADE DE AMBIGUIDADE. A EXPRESSÃO APRESENTADA ESTÁ CORRETA E NÃO TEM COMO TRAZER CONFUSÃO PARA SUA SOLUÇÃO.
212655	JOSÉ FRANCISCO ELIAS JUNIOR	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORAÇÕES, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORAÇÕES POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.
212655	JOSÉ FRANCISCO ELIAS JUNIOR	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	35	INDEFERIDO	COM BASE NO GABARITO ABAIXO, A QUESTÃO ESTÁ POSTADA, COM GABARITO PARA CADA ITEM. ASSIM SENDO INDEFIRO O RECURSO QUESTÃO 35 – EM RELAÇÃO AS TARIFAS, ASSINALE A ALTERNATIVA ERRADA. A - AS TARIFAS SERÃO FIXADAS DE FORMA CLARA E OBJETIVA, DEVENDO OS REAJUSTES E AS REVISÕES SE TORNAR PÚBLICOS COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS COM RELAÇÃO A SUA APLICAÇÃO. (V – ART. 39 DA LEI DE Nº 11.445/2007). B – AS REVISÕES TARIFÁRIAS COMPREENDERÃO A REAVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS TARIFAS PRATICADAS E PODERÃO SER PERIÓDICAS E EXTRAORDINÁRIAS. (V - ART. 38 DA LEI 11.445/2007). C - OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO REMUNERADOS APENAS PELA COBRANÇA DE TARIFAS OU TAXAS REFERENTES AOS SERVIÇOS, DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. (F – ART. 29, INCISOS I E II DA LEI DE Nº 11.445/2007). D - OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO REMUNERADOS PELA COBRANÇA DE TARIFAS OU DE TAXAS REFERENTES AOS SERVIÇOS, DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO. (V – ART. 29, INCISOS I E II DA LEI DE Nº 11.445/2007). E - OS PRESTADORES QUE ATUEM EM MAIS DE UM MUNICÍPIO MANTERÃO SISTEMA CONTÁBIL QUE PERMITA REGISTRAR E DEMONSTRAR, SEPARADAMENTE, OS CUSTOS E AS RECEITAS DE CADA SERVIÇO. (V – ART. 18 DA LEI 11.445/2007).
212655	JOSÉ FRANCISCO ELIAS JUNIOR	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
212655	JOSÉ FRANCISCO ELIAS JUNIOR	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
212655	JOSÉ FRANCISCO ELIAS JUNIOR	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	19	INDEFERIDO	QUALQUER USUÁRIO COMUM QUE TENHA AS CHAVES DE ACESSO PODE ACESSAR DADOS CRIPTOGRAFADOS, MESMO QUE O USUÁRIO NÃO SEJA ESPECIALISTA EM CRIPTOGRAFIA.
126636	JOSÉ MÁRCIO DA SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
126636	JOSÉ MÁRCIO DA SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D’ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequência $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a sequência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0 \Rightarrow R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no

					desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
162869	JULIANE CLEMENTE FILHO CAMPOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	59	INDEFERIDO	CHIAVENATO , P.2010, P. 430 :. HIGIENE DO TRABALHO “ ESTÁ RELACIONADA AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO QUE ASSEGUREM A SAÚDE FÍSICA E MENTAL E COM AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E BEM-ESTAR DAS PESSOAS”.
162869	JULIANE CLEMENTE FILHO CAMPOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORações, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORações POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORações UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.
162869	JULIANE CLEMENTE FILHO CAMPOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
162869	JULIANE CLEMENTE FILHO CAMPOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	52	INDEFERIDO	NÃO PROCEDE. A RESPOSTA É CLARA A POUCA OU INEXISTENTE VENTILAÇÃO CAUSA DANOS . AS CONDIÇÕES ~SOA FAVORÁVEIS AOS FUNGOS E INSETOS. AGENTES BIOLÓGICOS CORRESPONDEM AOS FUNGOS, INSETOS E MICROORGANISMOS QUE CAUSAM DANOS AO PAPEL. O SISTEMA PREVENTIVO COMO DESINSETIZAÇÃO DEVE SER FEITA PERIODICAMENTE. OS FUNGOS E INSETOS SE LOCALIZAM EM DETERMINADAS ÁREAS DO ARQUIVO EM QUE ENCONTRAM CONDIÇÕES AMBIENTAIS FAVORÁVEIS, COMO ALTO GRAU DE UMIDADE, ALTA TEMPERATURA E POUCA OU NULA VENTILAÇÃO.
162869	JULIANE CLEMENTE FILHO CAMPOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	57	INDEFERIDO	LUCRATIVIDADE É O RESULTADO DE PRODUÇÃO E A RENTABILIDADE É RESULTADO DE INVESTIMENTOS.
182819	JÚLIO CÉSAR TOLEDO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
182819	JÚLIO CÉSAR TOLEDO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	28	INDEFERIDO	O CANDIDATO NÃO INDICA QUAL FOI O ERRO DE ORTOGRAFIA OBSERVADO POR ELE, NÃO TENDO NENHUMA SUSTENTAÇÃO O SEU RECURSO.
182819	JÚLIO CÉSAR TOLEDO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
182819	JÚLIO CÉSAR TOLEDO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	24	INDEFERIDO	SPYWARES NÃO TÊM COMO OBJETIVO A DIVULGAÇÃO DE PROPAGANDAS, ESSE INTERESSE PERTENCE AOS ADWARES. A LETRA &#34;B&#34; É INCORRETA.
182819	JÚLIO CÉSAR TOLEDO FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	25	INDEFERIDO	A FUNÇÃO DO COMANDO &#34;NOVA JANELA&#34; É ABRIR O MESMO DOCUMENTO PARA AUXÍLIO DO TRABALHO.
131874	KARLA DE SOUZA ANDRADE	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	54	INDEFERIDO	AVALIAÇÃO DE DOCUMENTO É O PROCESSO EM QUE SÃO ESTABELECIDOS PRAZOS DE GUARDA NAS FASES CORRENTES E INTERMEDIÁRIAS, BEM COMO A DESTINAÇÃO FINAL DOS DOCUMENTOS DAS INSTITUIÇÕES (ELIMINAÇÃO OU GUARDA PERMANENTE). NA PRÁTICA É O ATO DE SE CRIAR A TABELA DE TEMPORALIDADE, REALIZADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
236581	KELVIN MOTA FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), CONFORME FUNDAMENTOS ABAIXO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES

					CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005). A – V, F, V B – V, V, V. C – F, V, F. D – V, F, F. E – F, F, V. ®
236581	KELVIN MOTA FERREIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
182817	LEAH GOMES DOS REIS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005
212642	LEANDRO CAETANO DA SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), CONFORME FUNDAMENTOS ABAIXO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005). A – V, F, V B – V, V, V. C – F, V, F. D – V, F, F. E – F, F, V. ®
234301	LEANNE DA SILVA FREITAS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	36	INDEFERIDO	INDEFIRO – SEGUE O GABARITO, EM QUE O ARGUMENTO UTILIZADO, NÃO POSSUI LASTRO, EIS QUE A PALAVRA CORRETA É (DEPOIS). QUESTÃO 36 - OS SERVIÇOS A TÍTULO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL; ESGOTAMENTO SANITÁRIO E LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PODERÃO SER INTERROMPIDOS NA FORMA DA LEI. ASSIM COM BASE NO TEXTO ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. (ART. 40 DA LEI 11.445/2007). I - SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA QUE ATINJAM A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS; II - NECESSIDADE DE EFETUAR REPAROS, MODIFICAÇÕES OU MELHORIAS DE QUALQUER NATUREZA NOS SISTEMAS; III - NEGATIVA DO USUÁRIO EM PERMITIR A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEITURA DE ÁGUA CONSUMIDA, APÓS TER SIDO PREVIAMENTE NOTIFICADO A RESPEITO; IV - MANIPULAÇÃO DEVIDA DE QUALQUER TUBULAÇÃO, MEDIDOR OU OUTRA INSTALAÇÃO DO PRESTADOR, POR PARTE DO USUÁRIO; (F - INDEVIDA). V - INADIMPLEMENTO DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DO PAGAMENTO DAS TARIFAS, ANTES TER SIDO FORMALMENTE NOTIFICADO. (F – DEPOIS) A – V, V, V, F, F. ® B – F, F, V, V. C – V, F, V, F, F. D – F, F, V, V, F. E - V, V, V, V, V.
234301	LEANNE DA SILVA FREITAS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	58	INDEFERIDO	NO BALANÇO PATRIMONIAL, O ATIVO TOTAL É IGUAL A: ATIVO CONTA SALDO R\$ BANCO CONTA MOVIMENTO 8.000,00 CAIXA 18.500,00 DEPRECIAÇÃO AC. -20.000,00 DUPLICATAS A RECEBER 7.650,00 ESTOQUE DE MERCADORIA 9.350,00 ICMS A RECUPERAR 2.000,00 INVESTI. EM COLIGADAS 19.000,00 VEICULO DE USO 4.500,00 ANTECIPAÇÃO A CLIENTES 4.500,00 TOTAL 53.500,00 PASSIVO+ PATRIMONIO LIQUIDO CONTA DEVEDOR CAPITAL A INTEGRALIZAR -15.000,00 CAPITAL SUBSCRITO -10.000,00 DUPLICATA DESCONTADA 25.500,00 FORNECEDORES 5.000,00 IMPOSTOS A RECOLHER 48.000,00 TOTAL 53.500,00
234301	LEANNE DA SILVA FREITAS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	53	DEFERIDO	A RESPOSTA CORRETA REALMENTE É A LETRA B, POIS, DO VALOR DA MERCADORIAS PARA REVENDA POR R\$5.000,00 DEVE SER DEDUZIDO O VALOR DE R\$ 600,00 REF, IMPOSTOS RECUPERÁVEIS.
164920	LEILA REIS BASTOS	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
164920	LEILA REIS BASTOS	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	54	DEFERIDO	QUESTÃO ANULADA, DEVIDO AUSÊNCIA DE ALTERNATIVA CORRETA.

164920	LEILA REIS BASTOS	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	38	DEFERIDO	A QUESTÃO COMPORTA APENAS UM ITEM CORRETO, SENDO ASSIM O GABARITO LETRA “C”. SE A CANDIDATA ASSINALOU A LETRA “C” COMO RESPOSTA FOR, DEVERÁ SER DEFERIDO. QUESTÃO 38 – SOBRE A POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. I - O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO - SINISA, DENTRE OUTROS OBJETIVOS, DESTACA-SE O DE COLETAR E SISTEMATIZAR DADOS RELATIVOS AS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO; (V – ART. 53, I DA LEI DE Nº 11.445/2007). II – O MINISTÉRIO DAS CIDADES ELABORARÁ AS DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO; (F - ART. 52, I, “D” DA LEI DE Nº 11.445/2007). III - O MINISTÉRIO DA FAZENDA ELABORARÁ A PROPOSIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NECESSÁRIOS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS E AS METAS DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, COM IDENTIFICAÇÃO DAS RESPECTIVAS FONTES DE FINANCIAMENTO; (F - ART. 52, I, “C” DA LEI DE Nº 11.445/2007). IV – O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MINISTÉRIO DA FAZENDA IRÃO ELABORAR AS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DOS CONDICIONANTES DE NATUREZA POLÍTICO-INSTITUCIONAL, LEGAL E JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA, CULTURAL E TECNOLÓGICA COM IMPACTO NA CONSECUÇÃO DAS METAS E OBJETIVOS ESTABELECIDOS; (F – ART. 52, I, “B” DA LEI 11.445/2007). A – TODOS OS ITENS ESTÃO ERRADOS. B – APENAS O ITEM III ESTÁ ERRADO. C – APENAS O ITEM I ESTÁ CORRETO. * D- OS ITENS I E II ESTÃO CORRETOS E, OS ITENS III, IV ESTÃO ERRADOS. E – OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS.
205926	LORRANA LUIZA DE OLIVEIRA	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
124890	LOYANNE AVELAR FUKUCIRO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	59	INDEFERIDO	A SEGURANÇA DO TRABALHO É O CONJUNTO DE MEDIDAS TÉCNICAS, EDUCACIONAL, MÉDICA E PSICOLÓGICA UTILIZADAS PARA PREVENIR ACIDENTES SEJA ELIMINADO CONDIÇÕES INSEGURAS DO AMBIENTE, SEJA INSTRUMENTO OU CONVENCENDO AS PESSOAS DA UTILIZAÇÃO DE PRATICAS PREVENTIVAS. ELA É INDISPENSÁVEL AO DESEMPENHO SATISFATÓRIO DO TRABALHO. (CHIAVENATO, 2004, P. 352) ESTÁ RELACIOANDA AO AMBIENTE , MAS NÃO É O AMBIENTE.
124890	LOYANNE AVELAR FUKUCIRO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	33	INDEFERIDO	CONFORME GABARITO, O RECURSO APRESENTADO É INDEFERIDO, MESMO PORQUE, INCIDE O ART. 10 DA 11.445/2007.
148510	LUCAS DORNELES DE ALMEIDA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	54	INDEFERIDO	A DEFASAGEM É DE 120 GRAUS E NÃO DE 120 VOLTS.
148510	LUCAS DORNELES DE ALMEIDA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
148510	LUCAS DORNELES DE ALMEIDA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	60	INDEFERIDO	DE ACORDO COM A NBR 5410 É A LETRA E
159060	LUCIANO CALAGE MELLO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORAÇÕES, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORAÇÕES POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.

268248	LUCIANO MORAES E MOURA LUIZ	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0 \Rightarrow R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
268248	LUCIANO MORAES E MOURA LUIZ	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
268248	LUCIANO MORAES E MOURA LUIZ	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	22	INDEFERIDO	COMO A POSSIBILIDADE EXISTE EM ALGUM DOS AMBIENTES, A AFIRMAÇÃO DE QUE É POSSÍVEL SE MANTÉM VERDADEIRA. NÃO HOUE INDICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE, LOGO O ITEM NÃO É PASSÍVEL DE ANULAÇÃO.
268248	LUCIANO MORAES E MOURA LUIZ	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
268248	LUCIANO MORAES E MOURA LUIZ	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	27	INDEFERIDO	POR FALTA DE ARGUMENTOS O RECURSO NÃO POSSUI SUSTENTAÇÃO.
247383	LUCIANO SILVA ROCHA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	35	INDEFERIDO	COM BASE NO GABARITO ABAIXO, A QUESTÃO ESTÁ POSTADA, COM GABARITO PARA CADA ITEM. ASSIM SENDO INDEFIRO O RECURSO QUESTÃO 35 – EM RELAÇÃO AS TARIFAS, ASSINALE A ALTERNATIVA ERRADA. A - AS TARIFAS SERÃO FIXADAS DE FORMA CLARA E OBJETIVA, DEVENDO OS REAJUSTES E AS REVISÕES SE TORNAR PÚBLICOS COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS COM RELAÇÃO A SUA APLICAÇÃO. (V – ART. 39 DA LEI DE Nº 11.445/2007). B – AS REVISÕES TARIFÁRIAS COMPREENDERÃO A REAVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS TARIFAS PRATICADAS E PODERÃO SER PERIÓDICAS E EXTRAORDINÁRIAS. (V - ART. 38 DA LEI 11.445/2007). C - OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO REMUNERADOS APENAS PELA COBRANÇA DE TARIFAS OU TAXAS REFERENTES AOS SERVIÇOS, DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. (F – ART. 29, INCISOS I E II DA LEI DE Nº 11.445/2007). D - OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO REMUNERADOS PELA COBRANÇA DE TARIFAS OU DE TAXAS REFERENTES AOS SERVIÇOS, DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO. (V – ART. 29, INCISOS I E II DA LEI DE Nº 11.445/2007). E - OS PRESTADORES QUE ATUEM EM MAIS DE UM MUNICÍPIO MANTERÃO SISTEMA CONTÁBIL QUE PERMITA REGISTRAR E DEMONSTRAR, SEPARADAMENTE, OS CUSTOS E AS RECEITAS DE CADA SERVIÇO. (V – ART. 18 DA LEI 11.445/2007).
247383	LUCIANO SILVA ROCHA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	36	INDEFERIDO	INDEFIRO – SEGUE O GABARITO, EM QUE O ARGUMENTO UTILIZADO, TRATA-SE DA APLICAÇÃO LITERÁRIA DO ART. 40. QUESTÃO 36 - OS SERVIÇOS A TÍTULO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL; ESGOTAMENTO SANITÁRIO E LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PODERÃO SER INTERROMPIDOS NA FORMA DA LEI. ASSIM COM BASE NO TEXTO ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. (ART. 40 DA LEI 11.445/2007). I - SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA QUE ATINJAM A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS; II - NECESSIDADE DE EFETUAR REPAROS, MODIFICAÇÕES OU MELHORIAS DE QUALQUER NATUREZA NOS SISTEMAS; III - NEGATIVA DO USUÁRIO EM PERMITIR A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEITURA DE ÁGUA CONSUMIDA, APÓS TER SIDO PREVIAMENTE NOTIFICADO A RESPEITO; IV - MANIPULAÇÃO DEVIDA DE QUALQUER TUBULAÇÃO, MEDIDOR OU OUTRA INSTALAÇÃO DO PRESTADOR, POR PARTE DO USUÁRIO; (F - INDEVIDA). V - INADIMPLEMENTO DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DO PAGAMENTO DAS TARIFAS, ANTES TER SIDO FORMALMENTE NOTIFICADO. (F – DEPOIS) A – V, V, V, F, F. * B – F, F, V, V, V. C – V, F, V, F, F. D – F, F, V, V, F. E - V, V, V, V, V.



247383	LUCIANO SILVA ROCHA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	38	DEFERIDO	A QUESTÃO COMPORTA APENAS UM ITEM CORRETO, SENDO ASSIM O GABARITO LETRA "C". SE A CANDIDATA ASSINALOU A LETRA "C" COMO RESPOSTA FOR, DEVERÁ SER DEFERIDO. QUESTÃO 38 – SOBRE A POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. I - O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO - SINISA, DENTRE OUTROS OBJETIVOS, DESTACA-SE O DE COLETAR E SISTEMATIZAR DADOS RELATIVOS AS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO; (V – ART. 53, I DA LEI DE Nº 11.445/2007). II – O MINISTÉRIO DAS CIDADES ELABORARÁ AS DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO; (F - ART. 52, I, "D" DA LEI DE Nº 11.445/2007). III - O MINISTÉRIO DA FAZENDA ELABORARÁ A PROPOSIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NECESSÁRIOS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS E AS METAS DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, COM IDENTIFICAÇÃO DAS RESPECTIVAS FONTES DE FINANCIAMENTO; (F - ART. 52, I, "C" DA LEI DE Nº 11.445/2007). IV – O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MINISTÉRIO DA FAZENDA IRÃO ELABORAR AS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DOS CONDICIONANTES DE NATUREZA POLÍTICO-INSTITUCIONAL, LEGAL E JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA, CULTURAL E TECNOLÓGICA COM IMPACTO NA CONSECUÇÃO DAS METAS E OBJETIVOS ESTABELECIDOS; (F – ART. 52, I, "B" DA LEI 11.445/2007). A – TODOS OS ITENS ESTÃO ERRADOS. B – APENAS O ITEM III ESTÁ ERRADO. C – APENAS O ITEM I ESTÁ CORRETO. * D- OS ITENS I E II ESTÃO CORRETOS E, OS ITENS III, IV ESTÃO ERRADOS. E – OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS.
247383	LUCIANO SILVA ROCHA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	VOLTANDO PARA A ANÁLISE DA QUESTÃO EM SI, TEMOS QUE O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, ANTE A OPÇÃO INDICADA NO RECURSO: NO CERNE DA QUESTÃO TEMOS O SEGUINTE GABARITO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005
135493	MALVINA SARDEIRO GUIMARÃES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
135493	MALVINA SARDEIRO GUIMARÃES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D'ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequência $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a sequência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0 \Rightarrow R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
135493	MALVINA SARDEIRO GUIMARÃES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), CONFORME FUNDAMENTOS ABAIXO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005). A – V, F, V B – V, V, V. C – F, V, F. D – V, F, F. E – F, F, V. *
135493	MALVINA SARDEIRO GUIMARÃES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.

135493	MALVINA SARDEIRO GUIMARÃES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	46	INDEFERIDO	INDEFIRO - TRATA-SE DE ANÁLISE E APLICAÇÃO DO CAPUT DO ART. 17 C/C COM O INCISO III, CONFORME GABARITO ABAIXO. QUESTÃO 46 – A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO DEVERÁ OBEDECER AO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE, PODENDO SER INTERROMPIDA PELO PRESTADOR NAS HIPÓTESES PREVISTAS NO DECRETO DE Nº 7.217/2010. ASSIM COM BASE NAS ASSERTIVAS ABAIXO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. (ART. 17). I - OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PODERÃO SER INTERROMPIDOS, APÓS AVISO AO USUÁRIO, COM COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO E ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE TRINTA DIAS DA DATA PREVISTA PARA A SUSPENSÃO. (V - ART. 17, §1º). II - A INTERRUPÇÃO PODERÁ OCORRER, PARA QUE O PRESTADOR DE SERVIÇOS NECESSITE DE EFETUAR REPAROS E MANUTENÇÃO DE ROTINA DESDE QUE DEVIDAMENTE PROGRAMADAS. III – APLICA-SE NAS MESMAS CONDIÇÕES DOS ITENS I E II DESTA QUESTÃO, QUANDO FOR APLICADA A ESTABELECIDOS DE SAÚDE, A INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E DE INTERNAÇÃO COLETIVA DE PESSOAS E A USUÁRIO RESIDENCIAL DE BAIXA RENDA BENEFICIÁRIO DE TARIFA SOCIAL. (F – § 3º DO ART. 17). A – APENAS O ITEM III ESTÁ ERRADO. * B – APENAS O ITEM II ESTÁ ERRADO. C – APENAS O ITEM I ESTÁ ERRADO. D – V, F, F. E – F, V, F.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots + a20)$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	26	INDEFERIDO	O RESULTADO DA SOMA SERIA APRESENTADO NA CÉLULA C1, E NÃO NA CÉLULA D1.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	36	INDEFERIDO	INDEFIRO – SEGUE O GABARITO, EM QUE O ARGUMENTO UTILIZADO, TRATA-SE DA APLICAÇÃO LITERÁRIA DO ART. 40. QUESTÃO 36 - OS SERVIÇOS A TÍTULO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL; ESGOTAMENTO SANITÁRIO E LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PODERÃO SER INTERROMPIDOS NA FORMA DA LEI. ASSIM COM BASE NO TEXTO ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. (ART. 40 DA LEI 11.445/2007). I - SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA QUE ATINJAM A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS; II - NECESSIDADE DE EFETUAR REPAROS, MODIFICAÇÕES OU MELHORIAS DE QUALQUER NATUREZA NOS SISTEMAS; III - NEGATIVA DO USUÁRIO EM PERMITIR A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEITURA DE ÁGUA CONSUMIDA, APÓS TER SIDO PREVIAMENTE NOTIFICADO A RESPEITO; IV - MANIPULAÇÃO DEVIDA DE QUALQUER TUBULAÇÃO, MEDIDOR OU OUTRA INSTALAÇÃO DO PRESTADOR, POR PARTE DO USUÁRIO; (F - INDEVIDA). V - INADIMPLEMENTO DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DO PAGAMENTO DAS TARIFAS, ANTES TER SIDO FORMALMENTE NOTIFICADO. (F – DEPOIS) A – V, V, V, F, F. * B – F, F, V, V, V. C – V, F, V, F, F. D – F, F, V, V, F. E - V, V, V, V, V.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	59	INDEFERIDO	COM BASE EM CHIAVENATO , P.2010, P. 430 :. HIGIENE DO TRABALHO “ ESTÁ RELACIONADA AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO QUE ASSEGUREM A SAÚDE FÍSICA E MENTAL E COM AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E BEM-ESTAR DAS PESSOAS”
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	3	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA E ESTÁ CORRETA: O PRONOME OBLÍQUO “A”, DE ACORDO COM A NORMA PADRÃO DEVER SER EMPREGADO NA FUNÇÃO DE OBJETO DIRETO, O QUE É O CASO DE “MÚSICA DE SEREIAS E DE DONA JANAÍNA MODERNA”, JÁ QUE É COMPLEMENTO DO VERBO TRANSITIVO DIRETO “SURDINANDO”. A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA: O USO DA VÍRGULA É PROIBIDO ENTRE O VERBO E O SEU COMPLEMENTO. A ALTERNATIVA B ESTÁ INCORRETA: “QUE” RETOMA “UMA MULHER” E FUNCIONA COMO SUJEITO DA 2ª ORAÇÃO, LOGO NÃO PODERIA SER PREPOSICIONADO. A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA: A EXCLUSÃO DA 2ª VÍRGULA NÃO É PERMITIDA, POIS ELA INTRODUZ UMA ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA EXPLICATIVA. CASO FOSSE RETIRADA, A ORAÇÃO PASSARIA A SER SUBORDINADA ADJETIVA RESTRITIVA, O QUE ACARRETRARIA ALTERAÇÃO SINTÁTICA E

					SEMÂNTICA NO TEXTO. A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA: O PRONOME RELATIVO “ONDE” SÓ PODE TER COMO ANTECEDENTE UM SUBSTANTIVO QUE INDICA IDEIA DE ESPAÇO, O QUE NÃO É O CASO DE “ESSE NOME”.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORações, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORações POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORações UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	VOLTANDO PARA A ANÁLISE DA QUESTÃO EM SI, TEMOS QUE O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONSIDERANDO QUE O CANDIDATO APONTA COMO CORRETA A LETRA (E). NO CERNE DA QUESTÃO TEMOS O SEGUINTE GABARITO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40	INDEFERIDO	INDEFIRO, SEGUE O GABARITO DETALHADO. QUESTÃO 40 – EM SE TRATANDO DE SUBSÍDIOS, ASSINALE A ALTERNATIVA ERRADA. A – TRATA-SE DE UM INSTRUMENTO ECONÔMICO DE POLÍTICA SOCIAL PARA GARANTIR A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO, ESPECIALMENTE PARA POPULAÇÕES E LOCALIDADES DE BAIXA RENDA (ART. 3º, VII DA LEI DE Nº 11.445/2007C/C ART. 2º XIII DO DECRETO DE Nº 7.217/2010). B – SUBSÍDIOS DIRETOS: QUANDO DESTINADOS A DETERMINADOS USUÁRIOS; (V – ART. 2º, XIV DO DECRETO DE Nº 7.217/2010). C - SUBSÍDIOS INDIRETOS: QUANDO DESTINADOS A PRESTADOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS; (V – ART. 2º, XV DO DECRETO DE Nº 7.217/2010). D - SUBSÍDIOS INTERNOS: AQUELES CONCEDIDOS NO ÂMBITO TERRITORIAL DE CADA TITULAR; (V – ART. 2º, XVI DO DECRETO DE Nº 7.217/2010). E - SUBSÍDIOS ENTRE LOCALIDADES: AQUELES CONCEDIDOS NO ÂMBITO TERRITORIAL DE CADA TITULAR E AQUELES CONCEDIDOS NAS HIPÓTESES DE GESTÃO ASSOCIADA E PRESTAÇÃO REGIONAL; (F – ART. 2º, XVII DO DECRETO DE Nº 7.217/2010).®
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	53	INDEFERIDO	O ( MUNIZ E FARIA) 2007 O PLANEJAMENTO OPERACIONAL TEM COMO FUNÇÃO A EXECUÇÃO E CORRESPONDE AO NÍVEL OPERACIONAL. COMPLEMENTA CHIAVENATO(2010) O PLANEJAMENTO OPERACIONAL É O EFETUADO NO NÍVEL OPERACIONAL DA EMPRESA, ENVOLVENDO A SUPERVISÃO. É DETALHADO E ANALÍTICO, DIRECIONADO PARA O CURTO PRAZO E CONSIDERA ESPECIFICAMENTE A TAREFA OU OPERAÇÃO. O PLANEJAMENTO OPERACIONAL ESTÁ VOLTADO PARA O QUE FAZER, COMO FAZER, E PARA QUEM FAZER, PROCURANDO OTIMIZAR E MAXIMIZAR OS RESULTADOS. (...)
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	19	INDEFERIDO	O APLICATIVO OPENOFFICE TEM FUNCIONALIDADES SEMELHANTES AO MICROSOFT OFFICE, SENDO SUA ALTERNATIVA GRATUITA E LIVRE. O WINDOWS É UM SISTEMA OPERACIONAL, ASSIM, A ALTERNATIVA GRATUITA E LIVRE AO WINDOWS É O LINUX, NÃO O OPENOFFICE.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	33	INDEFERIDO	APLICA-SE NESTE CASO A LITERALIDADE DO ART. 10 DA LEI 11.445/2007. ART. 10. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO POR ENTIDADE QUE NÃO INTEGRE A ADMINISTRAÇÃO DO TITULAR DEPENDE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO, SENDO VEDADA A SUA DISCIPLINA MEDIANTE CONVÊNIO, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS DE NATUREZA PRECÁRIA. ASSIM, ANTE AO FUNDAMENTO COLACIONADO O PLEITO DO CANDIDATO DEVA SER INDEFERIDO

116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	44	INDEFERIDO	INDEFIRO, CONFORME GABARITO DETALHADO. QUESTÃO 44 – SEGUNDO O DECRETO 7.217 DE 2010, REGULAMEN TOU OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, DAS ATIVIDADES DE COLETA E TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRIAGEM PARA FINS DE REUTILIZAÇÃO OU RECICLAGEM, TRATAMENTO, INCLUSIVE POR COMPOSTAGEM. NESTE SENTIDO E DENTRE DAS OPÇÕES ABAIXO, MARQUE A ALTERNATIVA CORRETA. (ART. 12). I – O DECRETO TAMBÉM É APLICÁVEL PARA RESÍDUOS DOMÉSTICOS. (V – INCISO I, ART. 12). II – APLICA-SE O DISPOSITIVO CITADO QUANDO SE TRATAR DE RESÍDUOS ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS, EM QUANTIDADE E QUALIDADE SIMILARES AS DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS. (V – INCISO II DO ART. 12). III – A NORMATIZAÇÃO IMPOSTA PELO DECRETO, ALCANÇA A RASPAGEM E REMOÇÃO DE TERRA, AREIA E QUAISQUER MATERIAIS DEPOSITADOS PELAS ÁGUAS PLUVIAIS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS; (V – LETRA C, INCISO III DO ART. 12). A – V, V, F. B – F, F, V. C – F, V, V. D – V, V, V. E – V, F, F.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	54	INDEFERIDO	A RESPOSTA CORRETA É AVALIAÇÃO DE DOCUMENTO É O PROCESSO EM QUE SÃO ESTABELECIDOS PRAZOS DE GUARDA NAS FASES CORRENTES E INTERMEDIÁRIAS, BEM COMO A DESTINAÇÃO FINAL DOS DOCUMENTOS DAS INSTITUIÇÕES (ELIMINAÇÃO OU GUARDA PERMANENTE). NA PRÁTICA É O ATO DE SE CRIAR A TABELA DE TEMPORALIDADE, REALIZADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS.O ARQUIVAMENTO SÓ SE DÁ APÓS A ANÁLISE DO DOCUMENTO.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	11	INDEFERIDO	A QUESTÃO ESTÁ CORRETA. NÃO EXISTE NO ENUNCIADO DA MESMA NENHUMA AMBIGUIDADE QUE POSSA INFLUENCIAR NA SOLUÇÃO DA QUESTÃO. CONSIDERE CORRETA A QUESTÃO E NADA A SER MODIFICADA. A QUESTÃO ESTÁ CORRETA E HÁ RESPOSTA CORRETA PARA A MESMA.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	21	INDEFERIDO	O COMANDO &#34;DIR&#34; TEM A FUNÇÃO DE LISTAR O CONTEÚDO DE UM DIRETÓRIO. ELE FUNCIONA DESSA FORMA NO WINDOWS E NO LINUX.
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	34	INDEFERIDO	I - A COBRANÇA PELA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS DEVE LEVAR EM CONTA, EM CADA LOTE URBANO, OS PERCENTUAIS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E A EXISTÊNCIA DE DISPOSITIVOS DE AMORTECIMENTO OU DE RETENÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA. (V – ART. 36 DA LEI 11.445/2007). II - OS REAJUSTES DE TARIFAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO REALIZADOS OBSERVANDO-SE O INTERVALO MÍNIMO DE 12 MESES, DE ACORDO COM AS NORMAS LEGAIS, REGULAMENTARES E CONTRATUAIS. (V – ART. 37 DA LEI 11.445/2007). III - OS REAJUSTES DE TARIFAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO REALIZADOS OBSERVANDO-SE O INTERVALO MÍNIMO DE 24 MESES, DE ACORDO COM AS NORMAS LEGAIS, REGULAMENTARES E CONTRATUAIS. (F – ART. 37 DA LEI 11.445/2007). IV - OS REAJUSTES DE TARIFAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO REALIZADOS OBSERVANDO-SE O INTERVALO MÍNIMO DE 24 MESES, DE ACORDO COM AS NORMAS LEGAIS, REGULAMENTARES E CONTRATUAIS E REVISTAS PELO PRAZO DE 12 MESES. (F – ART. 37 DA LEI C/C §1º DO ART. 38, AMBOS DA LEI DE Nº 11.445/2007). COMO SE VÊ OS ITENS (I) E (II) SÃO VERDADEIROS, ENQUANTO OS ITENS (III) E (IV) SÃO FALSOS. GABARITO LETRA (D)
116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	49	INDEFERIDO	INDEFIRO CONFORME GABARITO DETALHADO. QUESTÃO 49 – COM RELAÇÃO AO ACESSO DIFUSO A ÁGUA PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, DISPÕE O DECRETO DE Nº 7.217 DE 2010 QUE ATENDERÁ TAMBÉM A POPULAÇÃO RURAL, MEDIANTE RESERVA E UTILIZAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA O CONSUMO HUMANO E PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DESTINADOS AO AUTOCONSUMO, MEDIANTE PROGRAMA ESPECÍFICO. COM BASE NO TEXTO CITADO ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. (ART. 68). I – E DE COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO OU ENTE FEDERAL RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA, INFORMAR A AUTORIDADE SANITÁRIA MUNICIPAL, A EXISTÊNCIA DO EQUIPAMENTO DE RETENÇÃO E RESERVAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, A CONSUMO HUMANO. (V - §1º DO ART. 68). II - E DE COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO OU ENTE ESTADUAL RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA, INFORMAR A AUTORIDADE SANITÁRIA MUNICIPAL, A EXISTÊNCIA DO EQUIPAMENTO DE RETENÇÃO E RESERVAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, A CONSUMO HUMANO. III - E DE COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO OU ENTE ESTADUAL E MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA, INFORMAR A AUTORIDADE SANITÁRIA MUNICIPAL, A EXISTÊNCIA DO EQUIPAMENTO DE RETENÇÃO E RESERVAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, A CONSUMO HUMANO. A – V, V, F. B – V, F, V. C – F, F, V. D – F, V, V. E – V, F, F. ®

116355	MANOEL DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	56	INDEFERIDO	DENTRO DA EMPRESA, A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA TEM COMO FUNÇÃO, AUXILIAR NA INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS PARA QUE UMA EMPRESA CONSIGA MAXIMIZAR SEUS LUCROS. ASSIM, PARA QUE UMA GESTÃO FINANCEIRA SEJA BEM SUCEDIDA É PRECISO QUE TENHA UM ACOMPANHAMENTO ASSÍDUO, EM CONJUNTO COM O CONTROLE E OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE (SANVICENTE, 2009, P.16). JÁ A FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA EMPRESA, A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA TEM COMO FUNÇÃO, AUXILIAR NA INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS PARA QUE UMA EMPRESA CONSIGA MAXIMIZAR SEUS LUCROS. ASSIM, PARA QUE UMA GESTÃO FINANCEIRA SEJA BEM SUCEDIDA É PRECISO QUE TENHA UM ACOMPANHAMENTO ASSÍDUO, EM CONJUNTO COM O CONTROLE E OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE (SANVICENTE, 2009, P.16).
199738	MARCELO VICENTE DE SOUSA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	51	INDEFERIDO	A VAZÃO ESTÁ EQUIPARADA A RESISTÊNCIA OFERECIDA AO FLUXO DOS ELÉTRONS NUMA SECÇÃO DE CONDUTOR MENOR OU MAIOR.
199738	MARCELO VICENTE DE SOUSA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	58	INDEFERIDO	A RESOLUÇÃO EXISTE. ESTÁ NO PROGRAMA. ITEM 3.
199738	MARCELO VICENTE DE SOUSA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	52	INDEFERIDO	A RESOLUÇÃO CONSTA NO PROGRAMA. ITEM 3.
199738	MARCELO VICENTE DE SOUSA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
199738	MARCELO VICENTE DE SOUSA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	57	INDEFERIDO	A RESOLUÇÃO ESTÁ NO PROGRAMA. ITEM 3
199738	MARCELO VICENTE DE SOUSA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	60	INDEFERIDO	DE ACORDO COM A NBR 5410 A RESPOSTA É A LETRA E. ESQUEMA IT
183387	MARCIO ALVES DA SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
152220	MARCOS AURÉLIO LOBO CASTRO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
152220	MARCOS AURÉLIO LOBO CASTRO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	55	INDEFERIDO	CORREÇÃO DO GABARITO, ALTERNATIVA CORRETA LETRA B.
152220	MARCOS AURÉLIO LOBO CASTRO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	58	INDEFERIDO	A CITADA RESOLUÇÃO CONSTA NO ITEM 3 DO PROGRAMA.
152220	MARCOS AURÉLIO LOBO CASTRO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	56	INDEFERIDO	A PERGUNTA SE REFERE ÀS TENSÕES ADMISSÍVEIS E NÃO AO TIPO DE LIGAÇÃO
152220	MARCOS AURÉLIO LOBO CASTRO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	60	INDEFERIDO	A MATÉRIA ESTÁ NO CONTEÚDO DE SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA.
152220	MARCOS AURÉLIO LOBO CASTRO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	53	INDEFERIDO	A PERGUNTO REFERE-SE AO ESTUDO DE CORRENTE CONTÍNUA E CORRENTE ALTERNADA EM ELETRICIDADE NO USO DA ELETROTÉCNICA.
152220	MARCOS AURÉLIO LOBO CASTRO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	57	INDEFERIDO	A PERGUNTA REMETE AO ARTIGO 35 DA REFERIDA RESOLUÇÃO.
149594	MARCOS VINICIUS DUTRA DE SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	33	INDEFERIDO	APLICA-SE NESTE CASO A LITERALIDADE DO ART. 10 DA LEI 11.445/2007. ART. 10. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO POR ENTIDADE QUE NÃO INTEGRE A ADMINISTRAÇÃO DO TITULAR DEPENDE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO, SENDO VEDADA A SUA DISCIPLINA MEDIANTE CONVÊNIOS, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS DE NATUREZA PRECÁRIA. ASSIM, ANTE AO FUNDAMENTO COLACIONADO O PLEITO DO CANDIDATO DEVA SER INDEFERIDO
149594	MARCOS VINICIUS DUTRA DE SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	3	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA E ESTÁ CORRETA: O PRONOME OBLÍQUO "A", DE ACORDO COM A NORMA PADRÃO DEVER SER EMPREGADO NA FUNÇÃO DE OBJETO DIRETO, O QUE É O CASO DE "MÚSICA DE SEREIAS E DE DONA JANAÍNA MODERNA", JÁ QUE É COMPLEMENTO DO VERBO TRANSITIVO DIRETO "SURDINANDO". A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA: O USO DA VÍRGULA É PROIBIDO ENTRE O VERBO E O SEU COMPLEMENTO. A ALTERNATIVA B ESTÁ INCORRETA: "QUE" RETOMA "UMA MULHER" E FUNCIONA COMO SUJEITO DA 2ª ORAÇÃO, LOGO NÃO PODERIA SER PREPOSICIONADO. A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA: A EXCLUSÃO DA 2ª VÍRGULA NÃO É PERMITIDA, POIS ELA INTRODUZ UMA ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA EXPLICATIVA. CASO FOSSE RETIRADA, A ORAÇÃO PASSARIA A SER SUBORDINADA ADJETIVA RESTRITIVA, O QUE ACARRETIARIA ALTERAÇÃO SINTÁTICA E SEMÂNTICA NO TEXTO. A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA: O PRONOME RELATIVO "ONDE" SÓ PODE TER COMO ANTECEDENTE UM SUBSTANTIVO QUE INDICA IDEIA DE ESPAÇO, O QUE NÃO É O CASO DE "ESSE NOME".

169244	MARIANA OLIVEIRA VERAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	6	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA B ESTÁ CORRETA: O EMPREGO DA EXPRESSÃO “OU SEJA” INDICA QUE O ENUNCIADO SEGUINTE EXPLICA O SIGNIFICADO COM O QUAL O TERMO ANTERIOR (“LATIFÚNDIOS RURAIS”) FOI UTILIZADO PELO AUTOR. A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA: O TEXTO ORIGINAL DECLARA QUE “QUASE A METADE DO TERRITÓRIO GOIANO É FORMADA POR LATIFÚNDIOS RURAIS”, O QUE SIGNIFICA QUE “QUASE 50%” E NÃO PRECISAMENTE PELO MENOS “50%”. A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA: AO UTILIZAR “NO ÂMBITO REGIONAL”, O AUTOR FAZ REFERÊNCIA A REGIÃO CENTRO-OESTE E NÃO ESPECIFICAMENTE AO ESTADO DE GOIÁS. A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA: O TEXTO DECLARA QUE “GOIÁS É UM DOS MAIORES PRODUTORES DE TOMATE, MILHO E SOJA DO BRASIL.”, E NÃO O MAIOR PRODUTOR. A ALTERNATIVA E ESTÁ INCORRETA: NA PASSAGEM “RESPONSÁVEL POR 33% DA PRODUÇÃO NACIONAL DE SORGO”, É FEITA UMA COMPARAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE SORGO PRODUZIDA EM GOIÁS E TOTAL DE SORGO PRODUZIDO PELOS DEMAIS ESTADOS BRASILEIROS. OU SEJA, 33% DO SORGO PRODUZIDO NO BRASIL VÊM DA AGRICULTURA GOIANA.
169244	MARIANA OLIVEIRA VERAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORAÇÕES, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORAÇÕES POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.
169244	MARIANA OLIVEIRA VERAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
144764	MARLON MAIK SILVA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	54	INDEFERIDO	O RECURSO NÃO DIZ RESPEITO A QUESTÃO 54
144764	MARLON MAIK SILVA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	57	INDEFERIDO	A RESPOSTA CORRETA DA PERGUNTA É A LETRA E. NENHUMA DAS RESPOSTAS ACIMA.
144764	MARLON MAIK SILVA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	58	INDEFERIDO	A RESOLUÇÃO EXISTE E FOI REVOGADA PELA RESOLUÇÃO 414 DE 9 DE SETEMBRO DE 2010.
267531	MAURO ZANON MARQUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D’ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
267531	MAURO ZANON MARQUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	28	INDEFERIDO	O ITEM AFIRMAR QUE “AS POLÍTICAS DE INCENTIVOS FISCAIS ADOTADAS PELO ESTADO DE GOIÁS CORROBORARAM PARA O CRESCIMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS SETORES AGRPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS”, EM MOMENTO ALGUM É AFIRMADO QUE SOMENTE OS INCENTIVOS FISCAIS CORROBORARAM PARA O CRESCIMENTO E MODERNIZAÇÃO.

267531	MAURO ZANON MARQUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	46	INDEFERIDO	O PEDIDO DEVE SER INDEFERIDO, ANTE APLICAÇÃO LITERÁRIA DO §1º DO ART. 17 DO DECRETO 7.217/2010, ART. 17. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO DEVERÁ OBEDECER AO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE, PODENDO SER INTERROMPIDA PELO PRESTADOR NAS HIPÓTESES DE: [...] § 1º OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ALÉM DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO CAPUT, PODERÃO SER INTERROMPIDOS PELO PRESTADOR, APÓS AVISO AO USUÁRIO, COM COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO E ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE TRINTA DIAS DA DATA PREVISTA PARA A SUSPENSÃO, NOS SEGUINTE CASOS:
267531	MAURO ZANON MARQUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), CONFORME FUNDAMENTOS ABAIXO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005). A - V, F, V B - V, V, V. C - F, V, F. D - V, F, F. E - F, F, V. *
185439	MIRELA DE AQUINO SOARES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	38	DEFERIDO	A QUESTÃO COMPORTA APENAS UM ITEM CORRETO, SENDO ASSIM O GABARITO LETRA "C". SE A CANDIDATA ASSINALOU A LETRA "C" COMO RESPOSTA FOR, DEVERÁ SER DEFERIDO. QUESTÃO 38 - SOBRE A POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. I - O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO - SINISA, DENTRE OUTROS OBJETIVOS, DESTACA-SE O DE COLETAR E SISTEMATIZAR DADOS RELATIVOS AS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO; (V - ART. 53, I DA LEI DE Nº 11.445/2007). II - O MINISTÉRIO DAS CIDADES ELABORARÁ AS DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO; (F - ART. 52, I, "D" DA LEI DE Nº 11.445/2007). III - O MINISTÉRIO DA FAZENDA ELABORARÁ A PROPOSIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NECESSÁRIOS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS E AS METAS DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, COM IDENTIFICAÇÃO DAS RESPECTIVAS FONTES DE FINANCIAMENTO; (F - ART. 52, I, "C" DA LEI DE Nº 11.445/2007). IV - O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MINISTÉRIO DA FAZENDA IRÃO ELABORAR AS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DOS CONDICIONANTES DE NATUREZA POLÍTICO-INSTITUCIONAL, LEGAL E JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANÇEIRA, ADMINISTRATIVA, CULTURAL E TECNOLÓGICA COM IMPACTO NA CONSECUÇÃO DAS METAS E OBJETIVOS ESTABELECIDOS; (F - ART. 52, I, "B" DA LEI 11.445/2007). A - TODOS OS ITENS ESTÃO ERRADOS. B - APENAS O ITEM III ESTÁ ERRADO. C - APENAS O ITEM I ESTÁ CORRETO. * D - OS ITENS I E II ESTÃO CORRETOS E, OS ITENS III, IV ESTÃO ERRADOS. E - OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS.
185439	MIRELA DE AQUINO SOARES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).

199616	MÔNICA PRADO GOMES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	43	INDEFERIDO	SEJA O GABARITO DA QUESTÃO. QUESTÃO 43 – COM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ENTENDE-SE QUE: (ART. 9º DO DECRETO 7.217 DE 2010) I - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS COLETA, INCLUSIVE LIGAÇÃO PREDIAL, DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; II - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; III - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DOS ESGOTOS SANITÁRIOS. IV - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, OS SERVIÇOS COLOCADOS A DISPOSIÇÃO FINAL DOS ESGOTOS SANITÁRIOS E DOS LODOS ORIGINÁRIOS DA OPERAÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO COLETIVAS OU INDIVIDUAIS, INCLUSIVE FOSSAS SÉPTICAS. COM BASE NOS ITENS ACIMA, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. A - V, V, V, F. B - F, F, V, V C - V, V, V, V. ° D - V, F, V, F. E - F, F, F, V. ASSIM SENDO, SEGUIE A LITERALIDADE DO ART. 9 DO DECRETO 7.217/2010. ART. 9º CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS CONSTITUÍDOS POR UMA OU MAIS DAS SEGUINTE ATIVIDADES: I - COLETA, INCLUSIVE LIGAÇÃO PREDIAL, DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; II - TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; III - TRATAMENTO DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; E IV - DISPOSIÇÃO FINAL DOS ESGOTOS SANITÁRIOS E DOS LODOS ORIGINÁRIOS DA OPERAÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO COLETIVAS OU INDIVIDUAIS, INCLUSIVE FOSSAS SÉPTICAS. ISTO POSTO, INDEFIRO
199616	MÔNICA PRADO GOMES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
199616	MÔNICA PRADO GOMES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	2	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA C ESTÁ CORRETA: CONFORME A NORMA PADRÃO, “ESTE” É UM ELEMENTO CATAFÓRICO E, NESSE CASO, SÓ PODE SER UTILIZADO PARA ANTECIPAR TERMO OU ORAÇÃO; “ESSE”, POR SUA VEZ, É UM ELEMENTO ANAFÓRICO, POR ISSO SÓ DEVE SER UTILIZADO PARA RETOMAR TERMOS OU ORAÇÃO. PORTANTO, AS DEMAIS ALTERNATIVAS ESTÃO INCORRETAS.
206963	MONTALES BORGES DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
206963	MONTALES BORGES DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
129032	NAIR DE MORAIS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	59	INDEFERIDO	A QUESTÃO FOI BASEADA EM AFIRMAÇÃO DE CHIAVENATO, (2010, P. 430) QUE AFIRMA : “ ESTÁ RELACIONADA AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO QUE ASSEGUREM A SAÚDE FÍSICA E MENTAL E COM AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E BEM-ESTAR DAS PESSOAS” COMO SENDO HIGIENE DO TRABALHO.
267260	NANDO JOSÉ DE SOUZA ROCHA	AGENTE DE INFORMÁTICA	60	INDEFERIDO	DE ACORDO COM COMMER (2007), PÁGINA 267, O PROTOCOLO TCP/IP ESTÁ ORGANIZADO EM CINCO CAMADAS: APLICATIVO (CAMADA 5), TRANSPORTE (CAMADA 4, INTER-REDE (CAMADA 3), INTERFACE DE REDE (CAMADA 2) E FÍSICO (CAMADA 1), PORTANTO A OPÇÃO B - ENLACE É A ALTERNATIVA QUE NÃO REPRESENTA UMA CAMADA DO PROTOCOLO TCP-IP. COMMER, DOUGLAS E. REDES DE COMPUTADPRES E INTERNET - 4A. EDIÇÃO - PORTO ALEGRE: BOOKMAN, 2007.
235560	NAYARA GRACYELLE DIAS	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	25	INDEFERIDO	HÁ NO APLICATIVO OPENOFFICE IMPRESS UMA FERRAMENTA SEMELHANTE AO &#34;MODO DE EXIBIÇÃO DO APRESENTADOR&#34; DO APLICATIVO MICROSOFT OFFICE POWERPOINT.
235560	NAYARA GRACYELLE DIAS	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
235560	NAYARA GRACYELLE DIAS	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	26	INDEFERIDO	A FUNÇÃO &#34;VALIDAÇÃO DE DADOS&#34; TEM COMO POSSIBILIDADE O IMPEDIMENTO DE VALORES NÃO DESEJADOS PELO ELABORADOR DA PLANILHA. ENTRE AS OPÇÕES COMUNS A AMBOS OS APLICATIVOS ESTÃO: CARACTERES NUMÉRICOS, CARACTERES ALFABÉTICOS, VALORES EM BRANCO.
216084	NAYARA SOARES FERNANDES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
216084	NAYARA SOARES FERNANDES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.



216084	NAYARA SOARES FERNANDES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	14	INDEFERIDO	A QUESTÃO ESTÁ CORRETA E NÃO VEJO NENHUM ERRO NA QUESTÃO QUE POSSA IMPOSSIBILITAR SOLUCIONAR A QUESTÃO. A RESPOSTA ESTÁ CORRETA.
216084	NAYARA SOARES FERNANDES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORAÇÕES, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORAÇÕES POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.
216084	NAYARA SOARES FERNANDES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D'ambert: $P(a) = 0$ , assim $P(1) = 0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequência $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a sequência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0 \Rightarrow R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta: $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
192173	NEUSA KARLA FERNANDES MORAIS ROCHA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
192173	NEUSA KARLA FERNANDES MORAIS ROCHA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D'ambert: $P(a) = 0$ , assim $P(1) = 0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequência $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a sequência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0 \Rightarrow R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta: $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
191504	PABLO ALENCAR DE CARVALHO MARQUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	43	INDEFERIDO	SEJA O GABARITO DA QUESTÃO. QUESTÃO 43 – COM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ENTENDE-SE QUE: (ART. 9º DO DECRETO 7.217 DE 2010) I - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS COLETA, INCLUSIVE LIGAÇÃO PREDIAL, DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; II - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; III - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DOS ESGOTOS SANITÁRIOS. IV - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, OS SERVIÇOS COLOCADOS A DISPOSIÇÃO FINAL DOS ESGOTOS SANITÁRIOS E DOS LODOS ORIGINÁRIOS DA OPERAÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO COLETIVAS OU INDIVIDUAIS, INCLUSIVE FOSSAS SÉPTICAS. COM BASE NOS ITENS ACIMA, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. A - V, V, V, F. B - F, F, V, V C- V, V, V, V. ® D - V, F, V, F. E - F, F, F, V. ASSIM SENDO, SEGUE A LITERALIDADE DO ART. 9 DO DECRETO 7.217/2010. ART. 9º CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS CONSTITUÍDOS POR UMA OU MAIS DAS SEGUINTE ATIVIDADES: I - COLETA, INCLUSIVE LIGAÇÃO PREDIAL, DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; II - TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; III - TRATAMENTO DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; E IV - DISPOSIÇÃO FINAL DOS ESGOTOS SANITÁRIOS E DOS LODOS ORIGINÁRIOS DA OPERAÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO COLETIVAS OU INDIVIDUAIS, INCLUSIVE FOSSAS SÉPTICAS. ISTO POSTO, INDEFIRO

191504	PABLO ALENCAR DE CARVALHO MARQUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	50	INDEFERIDO	INDEFIRO. É A APLICAÇÃO DO ART. 65 DO DECRETO. QUESTÃO 50 – OS PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO ELABORADOS E EXECUTADOS PELA UNIÃO EM ARTICULAÇÃO COM OS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS TENDO COMO DESTINAÇÃO AO ATENDIMENTO DE REGIÕES QUE (ART. 65 DO DECRETO 7.215/2010)) I – ESTEJAM INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; II - QUE HAJA A PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE FEDERAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO. III – PELA APLICAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO, NO QUE COUBER, ATENDERÃO AO MESMO PROCEDIMENTO PREVISTO PARA O PNSB – PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO.
191504	PABLO ALENCAR DE CARVALHO MARQUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	39	INDEFERIDO	SEM RAZÃO O RECORRENTE CONFORME QUESTÃO ABAIXO GABARITADA. INDEFIRO. QUESTÃO 39 – A LEI 11.445/2007 ALTEROU ALGUNS DISPOSITIVOS LEGAIS VINCULADOS A MATÉRIA E, ASSIM SENDO A LEITURA DA LEI PERMITE AFIRMAR QUE: (FUNDAMENTO – DISPOSIÇÕES FINAIS – ART. 54 AO ART. 58 DA LEI 11.445/2007) I - A INFRAESTRUTURA BÁSICA DOS PARCELAMENTOS É CONSTITUÍDA PELOS EQUIPAMENTOS URBANOS DE ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, ENERGIA ELÉTRICA PÚBLICA E DOMICILIAR E VIAS DE CIRCULAÇÃO. (V - ART. 55, QUE ALTERA O §5º DO 2º DA LEI 6.766/79). II - A CONTRATAÇÃO DA COLETA, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS REICLÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS, EM ÁREAS COM SISTEMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO, EFETUADOS POR ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS FORMADAS EXCLUSIVAMENTE POR PESSOAS FÍSICAS DE BAIXA RENDA RECONHECIDAS PELO PODER PÚBLICO COMO CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS, COM O USO DE EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS COM AS NORMAS TÉCNICAS, AMBIENTAIS E DE SAÚDE PÚBLICA. (V – ART. 57, NOVA REDAÇÃO AO INCISO XXVII DO ART. 24 DA LEI DE Nº 8.666/93). III - VENCIDO O PRAZO MENCIONADO NO CONTRATO OU ATO DE OUTORGA, O SERVIÇO PODERÁ SER PRESTADO POR ÓRGÃO OU ENTIDADE DO PODER CONCEDENTE, OU DELEGADO A TERCEIROS, MEDIANTE NOVO CONTRATO. (V – ART. 58, NOVA REDAÇÃO DADA AO §1º DO ART. 42 DA LEI 8.987/95). A – A QUESTÃO NÃO POSSUI NENHUM ITEM CORRETO. B – A QUESTÃO NÃO POSSUI NENHUM ITEM ERRADO. * C – V, F, V. D – V, V, F. E – F, F, V.
191504	PABLO ALENCAR DE CARVALHO MARQUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
191504	PABLO ALENCAR DE CARVALHO MARQUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	14	INDEFERIDO	A QUESTÃO ESTÁ CORRETA E NÃO VEJO NENHUM ERRO NA QUESTÃO QUE POSSA IMPOSSIBILITAR SOLUCIONAR A QUESTÃO. A RESPOSTA ESTÁ CORRETA.
191504	PABLO ALENCAR DE CARVALHO MARQUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D’ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
200827	RAFAEL LOPES RODRIGUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D’ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.

200827	RAFAEL LOPES RODRIGUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSO ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
200827	RAFAEL LOPES RODRIGUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	39	INDEFERIDO	SEM RAZÃO O RECORRENTE CONFORME QUESTÃO ABAIXO GABARITADA. INDEFIRO. QUESTÃO 39 - A LEI 11.445/2007 ALTEROU ALGUNS DISPOSITIVOS LEGAIS VINCULADOS A MATÉRIA E, ASSIM SENDO A LEITURA DA LEI PERMITE AFIRMAR QUE: (FUNDAMENTO - DISPOSIÇÕES FINAIS - ART. 54 AO ART. 58 DA LEI 11.445/2007) I - A INFRAESTRUTURA BÁSICA DOS PARCELAMENTOS É CONSTITUÍDA PELOS EQUIPAMENTOS URBANOS DE ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, ENERGIA ELÉTRICA PÚBLICA E DOMICILIAR E VIAS DE CIRCULAÇÃO. (V - ART. 55, QUE ALTERA O §5º DO 2º DA LEI 6.766/79). II - A CONTRATAÇÃO DA COLETA, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS, EM ÁREAS COM SISTEMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO, EFETUADOS POR ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS FORMADAS EXCLUSIVAMENTE POR PESSOAS FÍSICAS DE BAIXA RENDA RECONHECIDAS PELO PODER PÚBLICO COMO CATTADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, COM O USO DE EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS COM AS NORMAS TÉCNICAS, AMBIENTAIS E DE SAÚDE PÚBLICA. (V - ART. 57, NOVA REDAÇÃO AO INCISO XXVII DO ART. 24 DA LEI DE Nº 8.666/93). III - VENCIDO O PRAZO MENCIONADO NO CONTRATO OU ATO DE OUTORGA, O SERVIÇO PODERÁ SER PRESTADO POR ÓRGÃO OU ENTIDADE DO PODER CONCEDENTE, OU DELEGADO A TERCEIROS, MEDIANTE NOVO CONTRATO. (V - ART. 58, NOVA REDAÇÃO DADA AO §1º DO ART. 42 DA LEI 8.987/95). A - A QUESTÃO NÃO POSSUI NENHUM ITEM CORRETO. B - A QUESTÃO NÃO POSSUI NENHUM ITEM ERRADO. * C - V, F, V. D - V, V, F. E - F, F, V.
200827	RAFAEL LOPES RODRIGUES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	38	DEFERIDO	A QUESTÃO COMPORTA APENAS UM ITEM CORRETO, SENDO ASSIM O GABARITO LETRA "C". SE A CANDIDATA ASSINALOU A LETRA "C" COMO RESPOSTA FOR, DEVERÁ SER DEFERIDO. QUESTÃO 38 - SOBRE A POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. I - O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO - SINISA, DENTRE OUTROS OBJETIVOS, DESTACA-SE O DE COLETAR E SISTEMATIZAR DADOS RELATIVOS AS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO; (V - ART. 53, I DA LEI DE Nº 11.445/2007). II - O MINISTÉRIO DAS CIDADES ELABORARÁ AS DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO; (F - ART. 52, I, "D" DA LEI DE Nº 11.445/2007). III - O MINISTÉRIO DA FAZENDA ELABORARÁ A PROPOSIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES NECESSÁRIOS PARA Atingir OS OBJETIVOS E AS METAS DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO, COM IDENTIFICAÇÃO DAS RESPECTIVAS FONTES DE FINANCIAMENTO; (F - ART. 52, I, "C" DA LEI DE Nº 11.445/2007). IV - O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MINISTÉRIO DA FAZENDA IRÃO ELABORAR AS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DOS CONDICIONANTES DE NATUREZA POLÍTICO-INSTITUCIONAL, LEGAL E JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA, CULTURAL E TECNOLÓGICA COM IMPACTO NA CONSECUÇÃO DAS METAS E OBJETIVOS ESTABELECIDOS; (F - ART. 52, I, "B" DA LEI 11.445/2007). A - TODOS OS ITENS ESTÃO ERRADOS. B - APENAS O ITEM III ESTÁ ERRADO. C - APENAS O ITEM I ESTÁ CORRETO. * D - OS ITENS I E II ESTÃO CORRETOS E, OS ITENS III, IV ESTÃO ERRADOS. E - OS ITENS II E III ESTÃO CORRETOS.
158943	RENATA SOUZA GOMES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
198727	RENATO MILHOMEM DE OLIVEIRA FILHO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	14	INDEFERIDO	A QUESTÃO ESTÁ CORRETA E NÃO VEJO NENHUM ERRO NA QUESTÃO QUE POSSA IMPOSSIBILITAR SOLUCIONAR A QUESTÃO. A RESPOSTA ESTÁ CORRETA.

198727	RENATO MILHOMEM DE OLIVEIRA FILHO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots a20)$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
198727	RENATO MILHOMEM DE OLIVEIRA FILHO	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	59	INDEFERIDO	A RESPOSTA CORRETA É A LETRA D. POR CONVENÇÃO O TERRA É VERDE.
130257	ROBSON MASSAUD RACHID	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
130257	ROBSON MASSAUD RACHID	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots a20)$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0$ $R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
163837	ROMYKA WILK	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	54	DEFERIDO	QUESTÃO ANULADA, DEVIDO AUSÊNCIA DE ALTERNATIVA CORRETA.
163837	ROMYKA WILK	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	52	INDEFERIDO	PREZADA CANDIDATA, NÃO ESTAMOS DISCUTINDO NA QUESTÃO OS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE POTABILIDADE DA ÁGUA, MAS SIM QUESTÕES SOBRE REDUÇÃO DE DOENÇAS RELACIONADAS COM A FALTA DE SANEAMENTO. SE POR VENTURA UMA ÁGUA NÃO ATENDER TODOS OS VALORES DE PARÂMETROS DESCRITOS NO DECRETO E NA PORTARIA MENCIONADOS, ELA NÃO PODE SER CONSIDERADA POTÁVEL. PORÉM NÃO PODEMOS AFIRMAR QUE NESTE CASO ELA PROVOCARÁ ALGUMA DOENÇA. O TERMO “ÁGUA BOA” É UTILIZADO NA LITERATURA PARA SE TRATAR DE ÁGUA SEM CONTAMINAÇÃO E BOA PARA O CONSUMO. SEGUE ABAIXO ALGUNS EXEMPLOS DE NOTÍCIAS UTILIZANDO ESTE TERMO: <a href="http://www.cagece.com.br/phocadownload/clipping/clipping_19_10.pdf">HTTP://WWW.CAGECE.COM.BR/PHOCADOWNLOAD/CLIPPING/CLIPPING_19_10.PDF</a> <a href="http://educando.sanepar.com.br/ensino_medio/doen%C3%A7as-relacionadas-com-falta-de-saneamento">HTTP://EDUCANDO.SANEPAR.COM.BR/ENSINO_MEDIO/DOEN%C3%A7as-relacionadas-com-falta-de-saneamento</a> <a href="http://www.itaipu.gov.br/aguaboa/artig_direi.htm">HTTP://WWW.ITAIPU.GOV.BR/AGUABOA/ARTIG_DIREI.HTM</a> <a href="http://www.diariodaamazonia.com.br/obra-de-saneamento-sera-retomada/">HTTP://WWW.DIARIODAAMAZONIA.COM.BR/OBRA-DE-SANEAMENTO-SERA-RETOMADA/</a> <a href="http://www.stipdasepb.com.br/dia-22-de-marco-e-o-dia-mundial-da-agua-mas-sem-muito-que-comemorar/">HTTP://WWW.STIPDASEPB.COM.BR/DIA-22-DE-MARCO-E-O-DIA-MUNDIAL-DA-AGUA-MAS-SEM-MUITO-QUE-COMEMORAR/</a> <a href="http://www.g37.com.br/index.asp?c=padrao&amp;modulo=conteudo&amp;url=021428&amp;ss=5#.UUH9L9TjVIU">HTTP://WWW.G37.COM.BR/INDEX.ASP?C=PADRAO&amp;MODULO=CONTEUDO&amp;URL=021428&amp;SS=5#.UUH9L9TjVIU</a> <a href="http://conexaoto.com.br/2012/06/25/governo-do-estado-lanca-programa-tocantins-sem-sede">HTTP://CONEXAOTO.COM.BR/2012/06/25/GOVERNO-DO-ESTADO-LANCA-PROGRAMA-TOCANTINS-SEM-SEDE</a> <a href="http://conexaoto.com.br/2012/06/25/governo-do-estado-lanca-programa-tocantins-sem-sede">HTTP://CONEXAOTO.COM.BR/2012/06/25/GOVERNO-DO-ESTADO-LANCA-PROGRAMA-TOCANTINS-SEM-SEDE</a> PORTANTO INDEFERIMOS O PLEITO.
163837	ROMYKA WILK	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	27	INDEFERIDO	O ESTADO DE GOIÁS ESTÁ LOCALIZADO NO PLANALTO CENTRAL CONFORME AS SEGUINTE FONTES: AROLD DE AZEVEDO O ESTADO DE GOIÁS ESTÁ LOCALIZADO NO PLANALTO CENTRAL E O SÍTIO: <a href="http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/aspectos-fisicos/relevo">HTTP://WWW.GOIAS.GOV.BR/PAGINAS/CONHECA-GOIAS/ASPECTOS-FISICOS/RELEVO</a> (FONTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICAS, PESQUISA E INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS – SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO (SEPIN/SEGPLAN). DESTA FORMA, O ITEM ESTÁ CORRETO.
163837	ROMYKA WILK	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	57	DEFERIDO	ALTERNATIVA B É A CORRETA

213246	ROSYARA ROSA ALMEIDA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	26	INDEFERIDO	O RESULTADO DA SOMA SERIA APRESENTADO NA CÉLULA C1, E NÃO NA CÉLULA D1.
213246	ROSYARA ROSA ALMEIDA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	56	INDEFERIDO	A PERGUNTA SE REFERE A NÍVEIS DE TENSÃO E NÃO A TIPOS DE LIGAÇÃO.
213246	ROSYARA ROSA ALMEIDA	TÉCNICO IND. EM ELETROTÉCNICA	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E), CONFORME FUNDAMENTOS ABAIXO. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F – ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V – ART. 2º DA LEI 11.107/2005). A – V, F, V B – V, V, V. C - F, V, F. D – V, F, F. E – F, F, V. ®
149933	SAMUEL BORGES CELESTINO	AGENTE DE INFORMÁTICA	1	INDEFERIDO	RECURSO EM DESACORDO COM O ITEM 9.4 DO EDITAL.
248345	SAULO ALEX OLIVEIRA DA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	26	INDEFERIDO	O RESULTADO DA SOMA SERIA APRESENTADO NA CÉLULA C1, E NÃO NA CÉLULA D1.
248345	SAULO ALEX OLIVEIRA DA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	33	INDEFERIDO	APLICA-SE NESTE CASO A LITERALIDADE DO ART. 10 DA LEI 11.445/2007. ART. 10. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO POR ENTIDADE QUE NÃO INTEGRE A ADMINISTRAÇÃO DO TITULAR DEPENDE DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO, SENDO VEDADA A SUA DISCIPLINA MEDIANTE CONVÊNIOS, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS DE NATUREZA PRECÁRIA. ASSIM, ANTE AO FUNDAMENTO COLACIONADO O PLEITO DO CANDIDATO DEVA SER INDEFERIDO.
248345	SAULO ALEX OLIVEIRA DA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
248345	SAULO ALEX OLIVEIRA DA COSTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA B ESTÁ CORRETA: NO 2º PARÁGRAFO, ALÉM DE DESCREVER A SENSÇÃO QUE SENTE QUANDO É PRONUNCIADO O NOME “CORA CORALINA”, O AUTOR CRIA, POR MEIO DA CONOTAÇÃO, IMAGENS LIGADAS A SONORIDADE DESSE NOME, COMO “ABERTO EM ROSA” E “DESLEZA PELAS ENTRANHAS DO MAR, SURDINANDO MÚSICA DE SEREIAS ANTIGAS E DE DONA JANAÍNA MODERNA”. A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA: A LINGUAGEM DO 1º PARÁGRAFO É MARCADAMENTE DENOTATIVA E NÃO FAZ DEFINIÇÃO DO NOME “CORA CORALINA”, APENAS CITA-O. A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA: A LINGUAGEM EMPREGADA NO 3º PARÁGRAFO NÃO É EXCLUSIVAMENTE DENOTATIVA. AO DEFINIR CORA CORALINA COMO UMA ESTRADA, O AUTOR FAZ USO DA CONOTAÇÃO. A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA: NO 4º PARÁGRAFO, PREVALECE A CONOTAÇÃO: O AUTOR AFIRMA QUE, NA ESTRADA QUE É CORA CORALINA, PASSAM CRIANÇAS, MISERÁVEIS, O BRASIL VELHO E O ATUAL. A ALTERNATIVA E ESTÁ INCORRETA: O 1º PARÁGRAFO FAZ USO EXCLUSIVAMENTE DA LINGUAGEM DENOTATIVA.
219608	SEBASTIÃO PAULO LIAFFA COELHO	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	52	INDEFERIDO	- PREZADO CANDIDATO AS DOENÇAS &#34;DENGUE&#34; E &#34;MALÁRIA&#34; PODEM SER ADQUIRIDAS PELA FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO DE ACORDO COM A LITERATURA. QUALQUER DÚVIDA É POSSÍVEL ENTRAR RAPIDAMENTE EM ALGUM SITE DE BUSCA E DIGITAR O TERMO SANEAMENTO BÁSICO E AS REFERIDAS DOENÇAS, ONDE ENCONTRARÁ MILHARES DE ARTIGOS, PUBLICAÇÕES E MATÉRIAS QUE ELUCIDAM ESTA QUESTÃO. - EM RELAÇÃO AO TERMO “QUE PODEM SER”, ESTE FOI APROPRIADAMENTE UTILIZADO NA QUESTÃO, ONDE O ENUNCIADO SOLICITA O JULGAMENTO DAS QUESTÕES. - FOI INFORMADO NA DEFESA QUE O SANEAMENTO INADEQUADO POTENCIALIZA A PROLIFERAÇÃO DOS VETORES. NÃO DEIXA DE ESTAR CORRETO, PORÉM AS REFERIDAS DOENÇAS “PODEM SER” ADQUIRIDAS PELA FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO. - O FATO DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO POSSUIR 100% DE ÁGUA E ESGOTO TRATADOS, E HAVER CASOS DE PROLIFERAÇÃO DA DENGUE, NÃO MUDA A QUESTÃO EM TELA, POIS A ALTERNATIVA NÃO INFORMOU QUE “AS REFERIDAS DOENÇAS SOMENTE SÃO ADQUIRIDAS PELA FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO”. PORTANTO INDEFERIMOS O PLEITO.

219608	SEBASTIÃO PAULO LIAFFA COELHO	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORações, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORações POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORações UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.
219608	SEBASTIÃO PAULO LIAFFA COELHO	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	36	INDEFERIDO	A ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DESPRENDIDOS PELO RECORRENTE NÃO PODEM PROSPERAR EM FACE QUE NO INCISO IV DO ART. 40, A PALAVRA CORRETA É “INDEVIDA”, ENQUANTO A QUESTÃO POSSUI A PALAVRA “DEVIDA”. ASSIM SENDO IMPROCEDENTE AO ARGUMENTO. INDEFIRO. SEGUE ABAIXO A LITERALIDADE DO DISPOSITIVO. ART. 40. OS SERVIÇOS PODERÃO SER INTERROMPIDOS PELO PRESTADOR NAS SEGUINTE HIPÓTESES: JURISPRUDÊNCIA CORRELATA I - SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA QUE ATINJAM A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS; II - NECESSIDADE DE EFETUAR REPAROS, MODIFICAÇÕES OU MELHORIAS DE QUALQUER NATUREZA NOS SISTEMAS; III - NEGATIVA DO USUÁRIO EM PERMITIR A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEITURA DE ÁGUA CONSUMIDA, APÓS TER SIDO PREVIAMENTE NOTIFICADO A RESPEITO; IV - MANIPULAÇÃO INDEVIDA DE QUALQUER TUBULAÇÃO, MEDIDOR OU OUTRA INSTALAÇÃO DO PRESTADOR, POR PARTE DO USUÁRIO; E V - INADIMPLEMENTO DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DO PAGAMENTO DAS TARIFAS, APÓS TER SIDO FORMALMENTE NOTIFICADO.
219608	SEBASTIÃO PAULO LIAFFA COELHO	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	43	INDEFERIDO	SEJA O GABARITO DA QUESTÃO. QUESTÃO 43 – COM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ENTENDE-SE QUE: (ART. 9º DO DECRETO 7.217 DE 2010) I - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS COLETA, INCLUSIVE LIGAÇÃO PREDIAL, DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; II - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; III - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DOS ESGOTOS SANITÁRIOS. IV - CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, OS SERVIÇOS COLOCADOS A DISPOSIÇÃO FINAL DOS ESGOTOS SANITÁRIOS E DOS LODOS ORIGINÁRIOS DA OPERAÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO COLETIVAS OU INDIVIDUAIS, INCLUSIVE FOSSAS SÉPTICAS. COM BASE NOS ITENS ACIMA, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. A - V, V, V, F. B – F, F, V, V C- V, V, V. ® D – V, F, V, F. E – F, F, F, V. ASSIM SENDO, SEGUE A LITERALIDADE DO ART. 9 DO DECRETO 7.217/2010. ART. 9º CONSIDERAM-SE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO OS SERVIÇOS CONSTITUÍDOS POR UMA OU MAIS DAS SEGUINTE ATIVIDADES: I - COLETA, INCLUSIVE LIGAÇÃO PREDIAL, DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; II - TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; III - TRATAMENTO DOS ESGOTOS SANITÁRIOS; E IV - DISPOSIÇÃO FINAL DOS ESGOTOS SANITÁRIOS E DOS LODOS ORIGINÁRIOS DA OPERAÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO COLETIVAS OU INDIVIDUAIS, INCLUSIVE FOSSAS SÉPTICAS. ISTO POSTO, INDEFIRO
219608	SEBASTIÃO PAULO LIAFFA COELHO	TÉCNICO IND. EM SANEAMENTO – ÁREA DE ENGENHARIA	54	DEFERIDO	QUESTÃO ANULADA, DEVIDO AUSÊNCIA DE ALTERNATIVA CORRETA.

280299	SINTIA DE ASSIS VIANA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	17	INDEFERIDO	AINDA QUE HAJA O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS EM MICROEMPRESAS E GRANDES CORPORAÇÕES, A COMPLEXIDADE DAS TRANSAÇÕES DEVIDO AS VÁRIAS FONTES DE INFORMAÇÕES QUE AS GRANDES CORPORAÇÕES POSSUEM (POR EXEMPLO: PONTO ELETRÔNICO, CÁLCULOS DE BENEFÍCIOS, HORAS EXTRAS, IMPOSTOS, IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES, CUSTOS DE MANUTENÇÃO, BAIXA DE PAGAMENTOS, GESTÃO DE CONTAS CORRENTES, ORÇAMENTOS DE PROJETOS E CAMPANHAS, ENTRE OUTROS) INVIABILIZA QUE EMPRESAS DE GRANDE PORTE INCENTIVEM O USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA. PARA O ADEQUADO ACOMPANHAMENTO, SÃO UTILIZADOS SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO FINANCEIRA COM VIABILIDADE DE REALIZAR INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS. AINDA, MUITAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES UTILIZAM SISTEMAS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO ERPS PARA REALIZAR O ACOMPANHAMENTO PONTUAL, EM TEMPO REAL E PRECISO DE SUAS FINANÇAS, SITUAÇÃO QUE UMA PLANILHA ELETRÔNICA É PRATICAMENTE INCAPAZ DE FORNECER.
212060	THIAGO YOSHIMURA FRANCO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	DEFERIDO	O GABARITO CORRETO É A LETRA (E). ASSIM O RECURSOS ADENTRADO PELO RECORRENTE DEVE SER NO MÉRITO DEFERIDO, CONFORME AMPARO EM ANEXO, PARA CADA ITEM. I - OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NÃO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS. (F - ART. 8º, DA LEI 11.445/2007). II - O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADA (F - ART. 8º DA LEI 11.445/2007 C/C §1º DA LEI 11.107/2005). III - OS OBJETIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS SERÃO DETERMINADOS PELOS ENTES DA FEDERAÇÃO QUE SE CONSORCIAREM, OBSERVADOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS. (V - ART. 2º DA LEI 11.107/2005).
212060	THIAGO YOSHIMURA FRANCO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	36	INDEFERIDO	INDEFIRO - SEGUE O GABARITO, EM QUE O ARGUMENTO UTILIZADO, TRATA-SE DA APLICAÇÃO LITERÁRIA DO ART. 40. QUESTÃO 36 - OS SERVIÇOS A TÍTULO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL; ESGOTAMENTO SANITÁRIO E LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PODERÃO SER INTERROMPIDOS NA FORMA DA LEI. ASSIM COM BASE NO TEXTO ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. (ART. 40 DA LEI 11.445/2007). I - SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA QUE ATINJAM A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS; II - NECESSIDADE DE EFETUAR REPAROS, MODIFICAÇÕES OU MELHORIAS DE QUALQUER NATUREZA NOS SISTEMAS; III - NEGATIVA DO USUÁRIO EM PERMITIR A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEITURA DE ÁGUA CONSUMIDA, APÓS TER SIDO PREVIAMENTE NOTIFICADO A RESPEITO; IV - MANIPULAÇÃO DEVIDA DE QUALQUER TUBULAÇÃO, MEDIDOR OU OUTRA INSTALAÇÃO DO PRESTADOR, POR PARTE DO USUÁRIO; (F - INDEVIDA). V - INADIMPLEMENTO DO USUÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DO PAGAMENTO DAS TARIFAS, ANTES TER SIDO FORMALMENTE NOTIFICADO. (F - DEPOIS) A - V, V, V, F, F. * B - F, F, V, V, V. C - V, F, V, F, F. D - F, F, V, V, F. E - V, V, V, V.
212060	THIAGO YOSHIMURA FRANCO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	6	INDEFERIDO	A ALTERNATIVA B ESTÁ CORRETA: O EMPREGO DA EXPRESSÃO "OU SEJA" INDICA QUE O ENUNCIADO SEGUINTE EXPLICA O SIGNIFICADO COM O QUAL O TERMO ANTERIOR ("LATIFÚNDIOS RURAIS") FOI UTILIZADO PELO AUTOR. A ALTERNATIVA A ESTÁ INCORRETA: O TEXTO ORIGINAL DECLARA QUE "QUASE A METADE DO TERRITÓRIO GOIANO É FORMADA POR LATIFÚNDIOS RURAIS", O QUE SIGNIFICA QUE "QUASE 50%" E NÃO PRECISAMENTE PELO MENOS "50%". A ALTERNATIVA C ESTÁ INCORRETA: AO UTILIZAR "NO ÂMBITO REGIONAL", O AUTOR FAZ REFERÊNCIA A REGIÃO CENTRO-OESTE E NÃO ESPECIFICAMENTE AO ESTADO DE GOIÁS. A ALTERNATIVA D ESTÁ INCORRETA: O TEXTO DECLARA QUE "GOIÁS É UM DOS MAIORES PRODUTORES DE TOMATE, MILHO E SOJA DO BRASIL.", E NÃO O MAIOR PRODUTOR. A ALTERNATIVA E ESTÁ INCORRETA: NA PASSAGEM "RESPONSÁVEL POR 33% DA PRODUÇÃO NACIONAL DE SORGO", É FEITA UMA COMPARAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE SORGO PRODUZIDA EM GOIÁS E TOTAL DE SORGO PRODUZIDO PELOS DEMAIS ESTADOS BRASILEIROS. OU SEJA, 33% DO SORGO PRODUZIDO NO BRASIL VÊM DA AGRICULTURA GOIANA.
260879	VINICIUS AUGUSTO SANTOS VALENTIN	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	19	INDEFERIDO	O APLICATIVO OPENOFFICE TEM FUNCIONALIDADES SEMELHANTES AO MICROSOFT OFFICE, SENDO SUA ALTERNATIVA GRATUITA E LIVRE. O WINDOWS É UM SISTEMA OPERACIONAL, ASSIM, A ALTERNATIVA GRATUITA E LIVRE AO WINDOWS É O LINUX, NÃO O OPENOFFICE.
133800	WALLACE OLIVEIRA DE JESUS REIS	TÉCNICO IND. EM EDIFICAÇÕES	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.

133800	WALLACE OLIVEIRA DE JESUS REIS	TÉCNICO IND. EM EDIFICAÇÕES	16	DEFERIDO	Se $P(x)$ é divisível por $Q(x) = x - a$ , pelo teorema de D´ambert : $P(a) = 0$ , assim $P(1)=0$ Como: $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + (K - R)x^0$ $P(1) = 1 + 4 + 7 + \dots + K - R \Rightarrow 1 + 4 + 7 + \dots + K - R = 0$ , agora basta encontrar a soma da sequencia $(1 + 4 + 7 + \dots + a_{20})$ , sabemos que tem 20 termos por que foi dito que o polinômio $P(x)$ é completo assim $P(x) = x^{20} + 4x^{19} + 7x^{18} + \dots + 58x^1 + (K - R)x^0$ . O último valor é 58, porque a seqüência é uma PA de Razão 3, $a_1 = 1$ , $n = 20$ , logo calculando o $a_{20} = 58$ . A soma $(1 + 4 + 7 + \dots + 58) = 590$ , basta somar os 20 termos da PA. Dessa forma: $P(1) = 590 + K - R$ , Para que $P(1) = 0 \Rightarrow 590 + K - R = 0 \Rightarrow R = 590 + K$ . A única solução apresentada como resposta é resposta : $R = 590 - K$ , ao resolver a questão nada impediria de encontrar uma resposta correta, porque na solução o valor de T não interfere no desenvolvimento da questão. Todavia, para não incorrer em dupla interpretação ao enunciado, a questão será ANULADA.
136834	WANDERSON DOS REIS DE OLIVEIRA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	25	INDEFERIDO	A FUNÇÃO DO COMANDO &#34;NOVA JANELA&#34; É ABRIR O MESMO DOCUMENTO PARA AUXÍLIO DO TRABALHO. A EXTENSÃO &#34;RTF&#34; FOI DESENVOLVIDA PARA USO EM MULTIPLATAFORMAS, PERMITINDO-SE ASSIM O USO NÃO EXCLUSIVO.
192307	WBIRATAN NOBRES BATISTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	32	INDEFERIDO	A QUESTÃO ESTÁ VINCULADA AO ART. 8º DA LEI 11.445/2007, CONFORME NA SUA ÍNTEGRA SEGUE. ART. 8º OS TITULARES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO PODERÃO DELEGAR A ORGANIZAÇÃO, A REGULAÇÃO, A FISCALIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS, NOS TERMOS DO ART. 241 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005. OCORRE QUE O ARTIGO MENCIONADO ESTÁ VINCULADO AO ART. 241 DA CF/88, CONFORME SEGUE ABAIXO. ART. 241. A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS DISCIPLINARÃO POR MEIO DE LEI OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS E OS CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS, AUTORIZANDO A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DE ENCARGOS, SERVIÇOS, PESSOAL E BENS ESSENCIAIS A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS TRANSFERIDOS. COMO SE VÊ UM ARTIGO DA LEI 11.445/2007, ESTÁ VINCULADO AO UM OUTRO DISPOSITIVO LEGAL. PORTANTO, E NESTE SENTIDO NO ESTRITO LINEAR DO RECURSO, O PEDIDO É INDEFERIDO.
192307	WBIRATAN NOBRES BATISTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	13	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
192307	WBIRATAN NOBRES BATISTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12	DEFERIDO	Questão anulada por erro de Formatação.
135526	WERICA DAIANY ALVES SANTOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	28	INDEFERIDO	O TEXTO AFIRMA QUE: CONFORME CONSTATA ESTUDO ELABORA-DO PELO IPEA, DESDE O INÍCIO DOS ANOS 60, O CRESCIMENTO OBSERVADO NA SUA ECONOMIA, ALÉM DE MUITO ALTO FOI TAMBÉM BASTANTE ESTÁVEL, INCLUSIVE EM PERÍODOS DE CRISES VERIFICADAS NA ECONOMIA BRASILEIRA. NESSE CONTEXTO DE CRESCIMENTO, O ESTADO DE GOIÁS SE IN-SERE DE FORMA SIGNIFICATIVA. NO ENTANTO, A ALTERNATIVA (A) CONTEMPLA QUE: DE ACORDO COM O TEXTO PODE-SE AFIRMAR QUE O ARREFECIMENTO DOS SETORES AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS TIVERAM O APOIO DOS SETORES PÚBLICOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAIS. A PALAVRA ARREFECIMENTO SIGNIFICA: CAUSAR O ESFRIAMENTO DE; FAZER COM QUE FIQUE FRIO; ESFRIAR: O VENTO ARREFECEU O CAFÉ; O CHÁ ARREFECEU-SE. FIGURADO. OCASIONAR DESÂNIMO EM; FAZER COM QUE HAJA DESÂNIMO; PERDER O ÂNIMO; DESALENTAR: AO CANSAÇO FEZ ARREFECER O SEU ENTUSIASMO; SUA VONTADE ARREFECEU-SE COM O PASSAR DOS ANOS. V.I. FIGURADO. TORNAR (MAIS) BRANDO; ABRANDAR: SUA TEMPERATURA JÁ ARREFECEU. DESTA FORMA, A ALTERNATIVA (A) CONTRARIA O TEXTO, O QUE A TORNA ERRADA.

Goiânia/GO, 03 de fevereiro de 2014.

**Julio Cesar Vaz de Melo**

Diretor-Presidente da Saneamento de Goiás S.A

**José das Dores Freitas**

Presidente da Comissão do Concurso da Saneamento de Goiás S.A